



---

Título: União Internacional das Telecomunicações – Um Desafio na Gestão da Internet.

Autor(a): Ronaldo Viana Gotschalg

Publicado em: Revista Eletrônica de Direito Internacional, vol. 5, 2009, pp. 447-498

Disponível em: <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume5/>

ISSN 1981-9439

---

Com o objetivo de consolidar o debate acerca das questões relativas ao Direito e as Relações Internacionais, o Centro de Direito Internacional – CEDIN - publica semestralmente a Revista Eletrônica de Direito Internacional, que conta com os artigos selecionados de pesquisadores de todo o Brasil.

O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), que cederam ao CEDIN – Centro de Direito Internacional os respectivos direitos de reprodução e/ou publicação. Não é permitida a utilização desse conteúdo para fins comerciais e/ou profissionais. Para comprar ou obter autorização de uso desse conteúdo, entre em contato, [info@cedin.com.br](mailto:info@cedin.com.br)

**UNIÃO INTERNACIONAL DAS TELECOMUNICAÇÕES – UM DESAFIO NA  
GESTÃO DA INTERNET.\*\***

**RONALDO VIANA GOTSCHALG\***

---

\*\* Relatório apresentado à disciplina de Relações Internacionais I e II do curso de Mestrado em Ciências do Direito – Ciências Jurídico-Internacionais da Universidade de Lisboa – 2008/2009, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Direito. Orientador: Prof. Doutor Marcelo Rebelo Sousa.

\*Mestrando em Direito, Ciências Jurídico-Internacionais na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Bacharel em Direito pela PUC Minas.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO 1. AS COMUNICAÇÕES A LONGA DISTÂNCIA.....	6
SECÇÃO 1.1. RELATO HISTÓRICO.....	6
1.1.1. Origens e evoluções.....	6
1.1.2. Início das cooperações entre Estados.....	10
SECÇÃO 1.2. A UNIÃO INTERNACIONAL DAS TELECOMUNICAÇÕES.....	13
1.2.1. Natureza Jurídica.....	13
1.2.2. Membros.....	14
1.2.3. Financiamento.....	15
1.2.4. Finalidades.....	16
1.2.5. Órgãos.....	19
1.2.5.1. Não Permanentes.....	19
1.2.5.1.1. Conferência de Plenipotenciários.....	19
1.2.5.1.2. Conselho de Administração.....	20
1.2.5.2. Permanentes.....	21
1.2.5.2.1. O Secretariado-Geral.....	21
1.2.5.2.2. Setor das Radiocomunicações.....	23
1.2.5.2.3. Setor da Normalização das Telecomunicações.....	25
1.2.5.2.4. Setor de Desenvolvimento das Telecomunicações.....	26
1.2.5.2.5. Conferências Mundiais de Telecomunicações Internacionais.....	27
CAPÍTULO 2. A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET.....	29
SECÇÃO 2.1. RELATO HISTÓRICO.....	29
2.1.1. Origens e evoluções.....	29
2.1.2. Importância.....	30
SECÇÃO 2.2. A GESTÃO DA INTERNET.....	32
2.2.1. Relato histórico.....	32
2.2.2. A Importância da Paridade na Gestão da Internet.....	34
2.2.3. O Papel da UIT na Gestão da Internet.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42

BIBLIOGRAFIA.....43

ANEXOS.....47

## INTRODUÇÃO

A comunicação entre os homens é essencial e sempre se mostrou presente desde os primórdios da humanidade, ninguém vive isolado, e essa transmissão de vontades e opiniões se concretiza de várias formas, sejam elas escrita, falada, codificada, etc... E dessa forma, essa comunicação poderá ocorrer dentro de um Estado (entre a população de um mesmo território), e ocorrendo também entre os Estados (entre populações de diferentes territórios), é o segundo caso que irá ser o objeto desse estudo, “as telecomunicações internacionais”. Embora haverá momentos também, em que ocorrerá breve citações relativas as telecomunicações internas dos Estados, bem como ao auxílio por parte da UIT aos países em desenvolvimento, que, trabalhando em parceria com as suas agências internas de telecomunicações, possuem o escopo de construir, reparar e desenvolver infraestruturas eficientes, principalmente nos Estados que sofreram destruição por guerras e conflitos recentes.

Este presente trabalho possui o escopo de analisar a importância da União Internacional das Telecomunicações<sup>1</sup> nas relações internacionais, abordando uma linha de evolução histórica, bem como sua importância atualmente.

Em relação a padronização das Telecomunicações Internacionais existentes, são originárias de três Organizações Internacionais<sup>2</sup>, O Comitê em TI dos Estados Unidos (Committee TI in the US), O Instituto Europeu de Normatização das Telecomunicações (the European Telecommunications Standards Institute<sup>3</sup> - ETSI) e a União Internacional das Telecomunicações (the International Telecommunications Union - ITU), porém esse trabalho visará apenas a abordagem da UIT.

Algumas doutrinas preferem dividir as Uniões Internacionais em dois segmentos, as Uniões Administrativas e as Uniões Técnicas, dessa forma, ambos os termos consistem em uma ordenação metodologica com o escopo de abordar conjuntos de instituições especializadas das Nações Unidas (Ver Anexo I, Pág. 47), que foram

---

<sup>1</sup> O Instrumento jurídico, que tem caráter de tratado são: a Constituição e a Convenção da União Internacional das Telecomunicações, assinados em 22 de dezembro de 1992 em Genebra, bem como sua entrada em vigor em 01 de Junho de 1994. E apresentam ainda três emendas em vigor: Kyoto (1994), Minneapolis (1998) e Marrakech (2002).

<sup>2</sup> Ver: SECKER, Matthew. A Business Model Toddler. Telecommunications International. ProQuest Information and Learning. Volume 36; Issue 6. 2002.

<sup>3</sup> Sobre o assunto: MACEY, Samuel L. Encyclopedia of time. Edição de Taylor & Francis, 1994. Pág. 591.

criadas com o escopo de realizarem um “serviço público internacional”<sup>4</sup>, prestando aos Estados membros consideráveis e valiosos serviços. E o que observamos na prática é uma verdadeira demonstração de cooperação e solidariedade, bem como por questões de sobrevivência os Estados agrupam-se em uma denominada Comunidade Internacional. No decorrer das relações internacionais contemporâneas percebemos o aumento, cada vez mais crescente dessas, de forma que não poderíamos mais imaginar os Estados evitarem essa voluntária associação, uma vez que é cada vez mais raro um Estado manter-se isolado.

Embora exista essa divisão, não abordaremos questões relativas a essa diferenciação, apenas a título de exemplificação, essa distinção possui como base a especialidade em relação aos processos de trabalho – que podem se apresentar como predominantemente administrativos como por exemplo: a União Postal Universal (UPU), a União Internacional das Telecomunicações (UIT), etc... – e as que são predominantemente técnicas como por exemplo: a Organização Marítima Internacional (OMI), a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), etc...

Dessa forma, o presente trabalho abordará a União Administrativa - União Internacional das Telecomunicações (UIT), primeiramente quanto a sua abordagem histórica, logo depois, será abordado sua natureza jurídica, membros, financiamento, finalidades, composição (órgãos) e o cerne desse trabalho, será uma abordagem crítica, relativa quanto a necessidade e a possibilidade da transferência de titulariedade da gestão da Internet. A UIT no papel de gestora responsável da Internet<sup>5</sup>, retirando a titulariedade total ou parcial da atual gestora.

Dessa forma, a gestão que é realizada apenas por uma empresa norte americana, vinculada ao governo norte americano, não é condizente com a realidade atual da Internet uma vez que é uma ferramenta mundialmente importante, utilizada até mesmo para a administração governamental (incluindo as forças armadas) de qualquer Estado. Por isso há a necessidade da transferência de titularidade para uma gestão, a priori, paritária da Internet, cabendo a responsabilização à uma prestadora de serviços públicos internacionais.

---

<sup>4</sup> Ver: CAMPOS, João Mota; Organizações Internacionais – Teoria Geral, Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro. 3ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian. 2008. Pág. 253 e ss.

<sup>5</sup> Ver: RIBEIRO, Lia. Governança na Internet: a UIT na contramão. Disponível em: [http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5188&Itemid=38](http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5188&Itemid=38). Acesso em: 20/04/2009.

## CAPÍTULO 1. AS COMUNICAÇÕES A LONGA DISTÂNCIA

### SECÇÃO 1.1. RELATO HISTÓRICO

#### 1.1.1. Origens e evoluções

Em relação ao início das Telecomunicações, traçando uma linha do tempo, os marcos históricos importantes são<sup>6</sup>: Em 1837 ocorreu a invenção do telégrafo elétrico; Samuel Morse<sup>7</sup>, que em 24 de Maio de 1844, foi o precursor da comunicações de longas distâncias, enviando sua primeira mensagem pública, por meio de uma linha telegráfica, entre Washington e Baltimore, inaugurando-se com esse simples ato, a era das telecomunicações. Uma década depois, o telégrafo tornou-se um meio muito utilizado pelo público geral, porém, naqueles dias, as linhas telegraficas não atravessavam as fronteiras nacionais, eram limitadas ao interior dos Estados, mas era possível a sua transcrição para países fronteiriços. E outra consideração importante em relação as transmissões, era a falta de uma padronização, pois cada país utilizava um sistema diferente. Dessa forma, as mensagens deveriam ser transcritas, traduzidas e enviadas as fronteiras, para so depois, serem transmitidas, por meio de uma rede telegráfica, para um determinado país vizinho.

Em 1865, necessariamente em 17 de Maio, 20 países europeus reuniram-se em Paris, e aprovaram a primeira convenção de comunicações, criando a União Internacional de Telégrafos; Em 1868 ocorreu em Viena a primeira Conferência Telegráfica. Bem como, houve a decisão de estabelecer a sede da União Internacional de Telégrafos em Berna; Em 1869 iniciou-se a publicação do seu “Boletim Telegráfico”, e em 1934 foi alterado a sua denominação para “Boletim das Telecomunicações”, e nos dias atuais, o nome da publicação é “Actualidades da União Internacional das Telecomunicações”.

---

<sup>6</sup> Fonte: <http://www.itu.int/net/about/landmarks.aspx>.

<sup>7</sup> Samuel Finley Breese Morse (Charlestown, 27 de Abril de 1791 – Nova Iorque, 2 de Abril de 1872). Pintor e Inventor do Código Morse e do telégrafo. 1838 - Samuel Morse registra a patente do telégrafo. 24 de Maio de 1844 - Samuel Morse transmitiu por telégrafo, de Washington para Baltimore, a sua célebre mensagem: "O que Deus forjou".

Em 1876, Alexander Graham Bell<sup>8</sup> inventou o telefone, patenteando a sua invenção; Em 1885, em Berlim, estabeleceram a Conferência Telegráfica, com o escopo de criarem normas para a disponibilidade de um serviço telefónico internacional;

Em 1895, foram transmitidos os primeiros sinais através de um sistema de rádio; E em 1902, foram transmitidas, pela primeira vez, a voz humana por meio de um rádio elétrico.

Em 1906, em Berlim, houve a Conferência de Plenipotenciários Radiotelegráfica Internacional. Bem como a realização do Primeiro Convênio de Radiotelegrafia e a adoção por todo o mundo do sinal de SOS. Realizou-se também, o primeiro teste *broadcast* (voz e música) através do rádio.

Em 1920 ocorreu o nascimento da radiodifusão sonora nos estúdios improvisados da empresa Marconi. E em 1924, houve a criação do Comité Consultivo Internacional de Telefonia (CCIF); Em 1925, ocorreu a Criação do Comité Consultivo Internacional Telegráfico (CCIT); Em 1927, ocorreu a Conferência de Plenipotenciários de Radiotelegrafia. Bem como a Criação do Comité Consultivo Internacional de Radiocomunicações (CCIR).

No ano de 1932, em Madrid, houve uma Conferência de Plenipotenciários, que estabeleceu a fusão dos Convênios Telegráfico e de Radiotelegrafia, formando o Convênio Internacional de Telecomunicações. Bem como, posteriormente, a Organização deixou de chamar-se União Telegráfica Internacional e adotou o nome de União Internacional das Telecomunicações; Em 1947, ocorreu em Atlantic City, uma outra Conferência de Plenipotenciários. Ocorreu também a Criação da Junta Internacional de Registros de Frequências (IFRB), bem como a UIT converteu-se em um organismo especializado das Nações Unidas; E em 1948, ocorreu a Transferência da sede da UIT para Genebra.

No ano de 1952, em Buenos Aires, ocorreu outra Conferência de Plenipotenciários, e a UIT iniciou seu programa de cooperação técnica; Em 1956, em Genebra, O Comité Consultivo Internacional de Telefonia e o Comité Consultivo Internacional Telegráfico fundiram-se para constituir o Comité Consultivo Internacional

---

<sup>8</sup> Alexander Graham Bell (Edimburgo, 03 de Março de 1847 – Nova Escócia, 02 de Agosto de 1922). Cientista, inventor e fundador da Companhia Telefónica Bell. Embora historicamente Bell tenha sido considerado como o inventor do telefone, o italiano Antonio Meucci foi reconhecido como o seu verdadeiro inventor, em 11 de junho de 2002, pelo Congresso dos Estados Unidos, através da resolução N.º. 269. H.Res.269 — Expressing the sense of the House of Representatives to honor the life and achievements of 19th Century Italian-American inventor Antonio Meucci, and his work in the invention of the telephone.



Telegráfico e Telefônico (CCITT); Em 1957, ocorreu o lançamento do *Sputnik-1*, sendo o primeiro satélite artificial da terra; Em 1959, pela primeira vez, a Conferência Administrativa de Radiocomunicações de Genebra revisou o regulamento de radiocomunicações em sua totalidade.

Em 1963, houve o lançamento do primeiro satélite de telecomunicações do mundo, o *Syncom-1*, na órbita geoestacionária da terra. Bem como ocorreu a Primeira Conferência Mundial de Radiocomunicações Espaciais, celebrada em Genebra; Em 1965, em Montreux, houve uma nova Conferência de Plenipotenciários. Marcou-se também, o Centenário da União, marcada pela cerimônia comemorativa realizada em Paris.

Em 1971, a UIT celebrou sua primeira exposição e um foro mundial de telecomunicações – o denominado Telecom71; Em 1973, em Málaga-Torremolinos, realizou-se outra Conferência de Plenipotenciários.

Em 1982, em Nairobi, realizou-se uma nova Conferência de Plenipotenciários, bem como houve a criação da Comissão Internacional Independente para o Desenvolvimento Mundial das Telecomunicações; Em 1983, as Nações Unidas declararam o Ano Mundial das Telecomunicações e sua organização a cargo da UIT; Em 1985, ocorreu a Primeira exposição de telecomunicações regionais UIT na Região Ásia-Pacífico – Ásia Telecom 85; Em 1986, ocorreu a Primeira exposição de telecomunicações regionais UIT na região da África – África Telecom 86; Em 1987, em Genebra, ocorreu a Conferência de Radiodifusão por ondas decamétricas. Também houve a revisão da utilização das bandas de ondas e a aprovação de normas técnicas e de procedimentos para serviços de radiocomunicação de banda lateral única; Em 1988, ocorreu a Primeira exposição regional de telecomunicações da UIT na região das Américas – Américas Telecom 88, bem como em Genebra, aconteceu a Conferência Mundial de Radiocomunicações sobre a utilização da órbita dos satélites geoestacionários (ORB88). No mesmo ano, ocorreu a Aprovação de um plano para outorgar direitos completos de radiodifusão direta por satélites a nível mundial; Em 1989, em Niza, ocorreu a Conferência de Plenipotenciários. Bem como a Criação do Comitê de alto nível para levar a cabo um exame exaustivo da estrutura e do funcionamento da União.

Em 1990, a UIT completou 125 anos; Em 1992, em Genebra, ocorreu a conferência de Plenipotenciários Adicional, que aprovou reformas estruturais de acordo com as recomendações do Comitê de alto nível. Bem como houve a criação de três

Sectores (Radiocomunicações, Normatização das Telecomunicações e Desenvolvimento das Telecomunicações); Em 1993, em Helsinki, ocorreu a Primeira Conferência Mundial de Normatização das telecomunicações. Bem como a Primeira Conferência Mundial de Radiocomunicações (CMR-93) e Assembleia de Radiocomunicações (AR-93), celebradas em Genebra; Em 1994, em Buenos Aires, houve a Primeira Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações. Em Kyoto, realizou-se, no mesmo ano, a Conferência de Plenipotenciários; Em 1996, ocorreu o Primeiro Forum Mundial de Política das Telecomunicações, celebrado em Genebra e dedicado aos sistemas de comunicações pessoais móveis mundiais por satélite (GMPCS); Em 1997, houve o estabelecimento do GMPCS MoU e a aprovação do primeiro acordo para a utilização transfronteiriça de terminais GMPCS. Bem como houve a aprovação em Genebra do primeiro Memorando de Entendimento para reestruturar a Internet. Ainda, ocorreu o Primeiro forum e exposição sobre multimídia interativa da UIT – Telecom Interactive97; Em 1998, em Minneápolis, ocorreu a Conferência de Plenipotenciários, que criou uma única categoria de membro do setor, concedendo mais e amplos direitos e obrigações aos membros do setor privado. Houve também a decisão de celebrar uma Conferência Mundial sobre a Sociedade da Informação, bem como estabeleceram o Primeiro Convênio sobre Telecomunicações de Emergência, que foi aprovado em Tampere Finlândia; Em 1999, a UIT foi uma das membros fundadoras da Organização de Suporte de Protocolos da Corporação de atribuição de números e nomes da Internet (PSO, ICANN).

Em 2000, em Estambul, ocorreu a decisão determinante para a aprovação das especificações de interface radioelétrica para as comunicações móveis da terceira geração (IMT-2000) e para as bandas de frequência adicionais destinadas a seu funcionamento em todo o mundo. Em Genebra, no mesmo ano, ocorreu a primeira norma mundial sobre a radiodifusão sonora digital; Em 2001, em Genebra, ocorreu a atribuição do primeiro número de telecomunicação pessoal universal, permitindo a nova possibilidade de portatibilidade numérica global. No mesmo ano, em Nova York, a Assembleia Geral das Nações Unidas ajudou a organizar a Conferência Mundial sobre a sociedade da Informação; Em 2002, em Marrakech, ocorreu uma Conferência Plenipotenciária; Em 2003 ocorreu o primeiro índice da UIT Mundial: que consistiu na classificação de 180 países de acordo com os indicadores de acesso à sociedade da informação, sendo que a primeira fase foi realizada na Conferência Mundial sobre a sociedade da Informação, sendo também, a primeira Conferência desta natureza, que

teve o escopo de trazer a revolução dos instrumentos ao serviço do desenvolvimento global.

### 1.1.2. Início das cooperações entre Estados

Em decorrência da lentidão das transmissões por meio do telégrafo em 1850 e anos seguintes, e porventura das dificuldades operacionais entre os variados sistemas, houve a necessidade da promoção de acordos entre muitos dos países que se intercomunicavam. Esses acordos, sejam eles bilaterais ou regionais, promoveram a facilitação na interconexão de suas redes nacionais. Porém, ainda havia a questão problemática decorrente da existência de numerosos acordos, principalmente em meados de 1864. O exemplo de Estado que celebrou um número considerável de tratados foi a antiga Prússia<sup>9</sup>, que necessitou de cerca de 15 acordos para conectar sua capital com as localidades fronteiriças de outros Estados Alemães.

A crescente e rápida expansão das redes telegráficas, principalmente pela prática cada vez maior das comunicações entre os Estados, que decorreu inicialmente de suas relações comerciais, gerou uma necessidade de realizar uma reunião internacional, necessariamente, em 17 de Maio de 1865, em que 20 Estados membros firmaram em Paris, o primeiro Convênio Telegráfico Internacional, com a criação de uma Organização Internacional, a União Telegráfica Internacional, a antecessora da União Internacional das Telecomunicações, considerada uma das mais antigas Organizações Internacionais, com o escopo de elaborar um acordo de interconexão de âmbito internacional. Além dessa elaboração, o acordo criaria também normas comuns, que seriam aplicadas de forma padronizada por todos os Estados membros, o que acarretou na facilitação da interconexão internacional, bem como essa organização passou a estabelecer normas de funcionamento, fixando também normas internacionais em matérias de tarifas e contabilidade razoáveis.

Posteriormente, houveram outras inovações na área, aparelhagens mais modernas, como a invenção do telefone em 1876 e da sua crescente e subsequente utilização, e em 1885 com a União Telegráfica iniciando a elaboração da legislação internacional nessa matéria. Porém, em 1896 houve o invento da telegrafia sem fio, considerado o primeiro tipo de rádio. Dessa forma, houve a crescente utilização dessa

---

<sup>9</sup> Ver: Site oficial da UIT: <http://www.itu.int/net/about/history-es.aspx>.

inovadora forma de comunicação também, e em 1903, foi necessário convocar uma nova Conferência, para um estudo preliminar de elaboração de uma regulamentação de comunicação internacional via rádio. Consistiu na primeira Conferência Radiotelegráfica, realizada em 1906 em Berlim, foi assinada a primeira Convenção Internacional Radiotelegráfica, que apresentava em seu anexo as primeiras regras sobre telegrafia sem fios. Essas normas, e as subsequentes alterações e revisões, introduzidas mais tarde e decorrente da realização de várias outras Conferências, constituem as bases atuais dos Regulamentos de Radiocomunicações.

O ano de 1920 constituiu o início da radiodifusão, inicialmente nos estúdios da Companhia Marconi<sup>10</sup>, dessa forma, houve a necessidade em 1927 da criação de vários Comitês para tratar dessas matérias, sendo criado o Comitê Consultivo Internacional de Rádio (CCIR), o Comitê Consultivo Internacional Telefônico (COICOP, criado em 1924), e o Comitê Consultivo Internacional de Telégrafos (CCIT, formado em 1925).

A importância do Comitê Consultivo Internacional de Rádio (CCIR) é que ele é o órgão responsável pela coordenação dos estudos técnicos, testes e medições feitas em vários campos das telecomunicações, bem como o desenvolvimento de normas internacionais.

Na Conferência Radiotelegráfica Internacional de 1927 atribuíram-se bandas de frequências aos diferentes serviços de radiocomunicações que existiam até então, (fixo, móvel, móveis marítimo e aeronáutico, radiodifusão, amador e experimental) visando tornar a sua operação mais eficiente, dado ao aumento do número de serviços de radiocomunicações e das características técnicas específicas de cada um.

Na Conferência realizada em Madrid em 1932, a União decidiu fundir a Convenção Internacional de Telégrafos de 1865, e a Convenção Internacional de Radiotelegrafia de 1906, surgindo dessa forma, a Convenção Internacional de Telecomunicações. Também decidiram modificar o nome da organização internacional, passando a ser denominada de União Internacional das Telecomunicações. Este novo nome, que começou a ser utilizado em 1º de Janeiro de 1934, foi eleito porque refletia adequadamente todo o alcance das funções da União, que em qualquer tempo estendia-se a todos os meios de comunicações, independentemente da presença ou da ausência de fios.

---

<sup>10</sup> **1894** - Marconi (italiano) – Desenvolve as primeiras experiências de comunicação à distância em morse e contactos inter-pessoais com voz. **1907** - A Companhia Marconi estabelece o primeiro serviço telegráfico regular transatlântico, entre a Irlanda e o Canadá. **1909** - Marconi recebe prêmio Nobel de Física.

Após a segunda guerra mundial, em 1947, a União Internacional das Telecomunicações realizou uma Conferência em Atlantic City, com o escopo de expandir e modernizar a organização. Nos termos de um acordo com a recém-criada Organização das Nações Unidas, a União tornou-se uma das várias agências especializadas da ONU, no dia 15 de Outubro de 1947, bem como sua sede foi transferida de Berna para Genebra em 1948. Nesse mesmo tempo, criaram a Junta Internacional de Registro de Frequências (IFRB) com o escopo de coordenar a tarefa, cada vez mais complicada, da gestão do espectro de frequências, e do quadro de atribuição de frequências, introduzido em 1912, adquirindo caráter obrigatório nesse mesmo ano.

Ainda em 1947, três americanos, Walter Brattain<sup>11</sup>, Willian Shockley<sup>12</sup>, John Bardeen<sup>13</sup>, foram os responsáveis pelo grande salto para a eletrônica ao inventarem o transistor, tornando possível o desenvolvimento do computador e de uma lista de outros eletrônicos como calculadoras, relógios eletrônicos, marcapassos, aparelhos auditivos. Uma outra utilização importante desse invento consiste em um componente importantíssimo para os vôos espaciais, para a aeronáutica em geral e para as comunicações via satélites.

Em 1956, o Comitê Consultivo Internacional Telegráfico e o Comitê Consultivo Internacional de Telefonia se fundiram para dar lugar ao Comitê Consultivo Internacional Telegráfico e Telefônico (CCITT), com o escopo de responder de forma mais eficaz as necessidades que eram cada vez mais complexas, decorrente de uma sequência de modernização dessas duas espécies de comunicações.

Em 1957, iniciou-se a era da corrida espacial, entre as duas potências, os Estados Unidos da América e a antiga União Soviética, essa última estava na frente, em decorrência do lançamento do primeiro satélite artificial, *Sputnik-1*. E em 1963 a NASA colocou em órbita o primeiro satélite de comunicações geoestacionário (*Syncom-1, logo depois 2 e 3*), depois de que o escritor Arthur C. Clarke<sup>14</sup> foi o primeiro autor a

---

<sup>11</sup> Walter Houser Brattain (Amoy – China, 10 de fevereiro de 1902 – Washington, USA, 13 Outubro de 1987) Físico Norte Americano, co-inventor do transistor, ganhador do prêmio Nobel de Física em 1956.

<sup>12</sup> William Bradford Shockley (Londres, 13 de fevereiro de 1910 – California, 12 de agosto de 1989) Físico e Inventor, co-inventor do transistor, ganhador do prêmio Nobel de Física em 1956.

<sup>13</sup> John Bardeen (Wisconsin – USA, 23 de maio de 1908 – Massachusetts, 30 de janeiro de 1991) Físico e Engenheiro Elétrico Norte Americano, co-inventor do transistor, ganhador do prêmio Nobel de Física em 1956 e na segunda vez em 1972.

<sup>14</sup> Arthur Charles Clarke (Minehead, 16 de dezembro de 1917 – Colombo, 19 de março de 2008). No artigo científico “Can Rocket Stations Give Worldwide Radio Coverage?”, publicado na revista *Wireless World* em Outubro de 1945, Clarke formula o conceito de satélite geoestacionário como uma futura ferramenta de desenvolvimento das telecomunicações.

sugerir, em 1945, a possibilidade de utilizar satélites geoestacionários para qualquer tipo de transmissões de informações<sup>15</sup>.

Para enfrentar os desafios colocados pelos novos sistemas de comunicações espaciais, o Comitê Consultivo Internacional de Rádio (CCIR), em 1959, estabeleceu uma Comissão para estudar as radiocomunicações espaciais. Logo após, em 1963, foi celebrado em Genebra uma Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações Espaciais para atribuir as frequências dos diferentes serviços espaciais. Em Conferências posteriores, houve o estabelecimento de normas com o escopo de regerem a utilização dos espectros de radiofrequência e dos segmentos orbitais associados, pelos satélites em órbita. Em 1992 iniciaram pela primeira vez atribuições destinadas a satisfazer as necessidades de um novo tipo de serviço espacial, que utiliza satélites na órbita geoestacionária, conhecido como Comunicações Pessoais Móveis Globais via Satélite (GMPCS). Nesse mesmo ano, destinaram-se porções de espectro ao que se denominaram IMT-2000, uma norma global elaborada pela União Internacional das Telecomunicações para a nova geração de telefonia móvel digital. A norma IMT-2000 possibilita a harmonização dos sistemas móveis, que é utilizado atualmente no mundo todo. Ao mesmo tempo, consiste na base técnica para o desenvolvimento de novos dispositivos sem fios, capazes de transmitir voz e dados em grande velocidade e de conectarem-se com serviços em linha, como a Internet.

## SECÇÃO 1.2. A UNIÃO INTERNACIONAL DAS TELECOMUNICAÇÕES

### 1.2.1. Natureza Jurídica

A União Internacional das Telecomunicações constitui-se de uma personalidade jurídica de direito internacional, é uma entidade autónoma, juridicamente distinta dos Estados que a compõem, decorrente da criação, aceitação e manutenção do seu pacto constitutivo. Trata-se atualmente de uma agência especializada das Nações Unidas, mas seu nascimento (Organizações Internacionais dos Telégrafos e Radiodifusão) é anterior a criação das Nações Unidas.

---

<sup>15</sup> Atualmente, há um aumento na utilização de satélites para variados fins, desde meteorológicos até com fins militares, encontrando-se na órbita geoestacionária, necessariamente a 22.300 milhas acima do equador. Assim, em 1976, Brasil, Colômbia, Congo, Equador, Indonésia, Quênia, Uganda e Zaire, assinaram a Declaração em que afirmavam que “os segmentos de órbita geoestacionária são partes do território sobre o qual exercem a sua soberania”. Ver: SHAW, Malcolm Nathan. International Law. Edition 5. Cambridge University Press, 2003. Pág. 488 e 489.

Quanto aos primórdios das organizações internacionais, em relação a transformação histórica de sua natureza jurídica, inicialmente, foram criadas com o escopo de realizarem atividades executivas ou administrativas que não poderiam ser desempenhada pelos Estado de forma unilateral, (em decorrência de sua natureza, que trata-se de matéria comum internacional) uma vez que o desempenho dessas determinadas atividades interessavam e estavam interrelacionadas a todos os Atores Internacionais. Dessa forma, as primeiras organizações criadas foram a União Internacional Telegráfica em 1865 e a União Postal Universal em 1874.

Assim, a natureza jurídica das organizações internacionais tomou outro rumo com a criação da Organização das Nações Unidas, de forma que a transformação ocorreu da passagem de uma pessoa coletiva, cuja personalidade jurídica era reconhecida, apenas pelos Estados-membros, constituída para determinadas atividades específicas, transformando-se em pessoa internacional objetivamente considerada, decorrente da decisão do V. Aresto Consultivo da Egrégia Corte Internacional de Justiça<sup>16</sup>.

Em conformidade com esse precedente é que a discussão sobre a natureza jurídica da organização internacional tomou um novo entendimento, de que não seriam apenas os Estados que possuíam personalidade internacional<sup>17</sup>, porém a doutrina não atribui às Organizações Internacionais a mesma capacidade dos Estados, entendimento que trata sua personalidade de forma escalonada, uma vez que estariam entre os Estados e as Organizações Supranacionais.

### 1.2.2. Membros

Uma das características mais importantes da UIT é o seu caráter mundial, dessa forma, a UIT esta aberta a todos os Estados, podendo estes tornarem-se membros da UIT a qualquer momento, desde que manifestem a sua vontade nesse sentido, bem como poderão fazer parte quaisquer organizações privadas como as operadoras, os fabricantes, os organismos de financiamento, as organizações de investigação e

---

<sup>16</sup> Ver: CERQUEIRA, Luis Eduardo Bianchi. *Ordem Jurídica Internacional & Internacionalização do Capital* – Biblioteca de Direito Internacional. Juruá. 2007, Pág. 201 e ss.

<sup>17</sup> Resolução aprovada em 03/12/1948 da Assembléia Geral das Nações Unidas, decisão proferida em 11/04/1949. A Organização das Nações Unidas concedeu-se a si mesma personalidade internacional, com o objetivo de processar qualquer Estado, seja ele membro ou não.

desenvolvimento, bem como as organizações internacionais e regionais de telecomunicações.

Ao todo, a UIT é formada por 191 Estados membros, pelo que, podemos observar que coincide praticamente com o mesmo número dos membros da Organização das Nações Unidas, bem como participam ainda 571 Membros dos Setores das Telecomunicações e de 152 associados<sup>18</sup>. Dessa forma, a UIT se sustenta na cooperação entre o público e o privado, condição “indispensável para o progresso de um setor em constante e rápida mutação”<sup>19</sup>.

### 1.2.3. Financiamento

Todos os gastos da União Internacional das Telecomunicações são suportados de acordo com o artigo 33 da Convenção, pelas contribuições dos Estados membros e dos Membros dos Setores, podendo receber também contribuições a nível diferenciado dos seus Associados.

Dessa forma, o artigo 33 apresenta uma escala de contribuições relativas a capacidade contributiva de cada Estado membro e de cada Membro dos Setores, cabendo a cada um decidir livremente a sua classe relativa a sua capacidade de contribuição, a partir do início de sua participação na União com a condição de membro.

Em uma das reuniões do Conselho que determina o pressuposto bienal, é determinado também o valor relativo as unidades contributivas, que segundo o biênio de 2008-2009, o valor das contribuições pelos Estados membros foram de 318,000.00 Francos Suiços, pelos Membros dos Setores foi de 63,600.00 Francos Suiços.

Há a possibilidade de solicitação para a dispensa de contribuições por parte das organizações de caráter internacional, desde que a solicitação seja enviada para o Secretário Geral da UIT por escrito, cabendo ao Conselho a análise do pleito, que poderá dispensar se houver a figura da reciprocidade, bem como o preenchimento de alguns requisitos: 1º A organização deverá ser de caráter internacional, dedicada as telecomunicações, 2º Funcionar sem fins lucrativos; 3º Contar com membros cuja

---

<sup>18</sup> Ver: <http://www.itu.int/members/index-es.html>.

<sup>19</sup> Ver: BAPTISTA, Luiz Olavo; E OUTROS. Direito do Comércio Internacional - Pragmática, Diversidade e Inovação - Estudos em Homenagem ao Professor Luiz Olavo Baptista. 2005. Pág. 500 e ss; SEITENFUS, Ricardo. Manual das Organizações Internacionais, 3ª ed. Porto Alegre. 2003. Pág. 196 e ss; MELLO, Celso D. De Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público, 12ª ed. Rio de Janeiro. 2000. Pág. 679 e ss.



participação nas atividades da UIT sejam em benefício dos objetivos da União; 4º Permitir que a UIT seja representada e participe em suas reuniões a título gratuito; 5º Oferecer a UIT acesso as sua documentações pertinentes.

Havendo o deferimento da exoneração de contribuições, esta será válida somente no período dos 4 anos a contar da Conferência de Plenipotenciários, podendo ser solicitado uma renovação da isenção antes da seguinte Conferência de Plenipotenciários.

Em relação a contribuição pelos Associados no período de 2008-2009, foi de cerca de 15,000.00 Francos Suiços no total, uma vez que as contribuições são destinadas aos Setores de radiocomunicações, de desenvolvimento, de telecomunicações e aos países em desenvolvimento.

#### 1.2.4. Finalidades

Consiste basicamente em levar os benefícios das Tecnologias da Informação e Comunicação para todos os habitantes do mundo.

Enumeradamente, é da responsabilidade da UIT a elaboração de regulamentações de âmbito internacional das Telecomunicações<sup>20</sup>, bem como o incentivo e a promoção do desenvolvimento, melhorias, coordenação e planejamento das redes internacionais de telecomunicações e das radiocomunicações espaciais. Essa promoção e incentivo também é realizado através da assistência e cooperação técnica pela difusão de informações.

Dessa forma, os objetivos da UIT é facilitar o crescimento e o desenvolvimento sustentável das redes de comunicações e de informação, facilitando dessa forma, o acesso universal igualitário em todos os lugares do mundo, para que todos possam participar na economia e na sociedade mundial da informação e beneficiando-se delas. A capacidade de comunicação de forma livre e igualitária é uma condição “*sine qua non*” de um mundo mais justo, próspero e pacífico, dessa forma, a UIT contribui para mobilizar o apoio técnico, financeiro e humanos necessários para a realização desses objetivos, com o escopo de concretizá-los em um menor tempo possível.

---

<sup>20</sup> O conceito de Telecomunicações estabelecido pela Convenção Internacional, assinada em 1982 – Nairobi informa que: “Telecomunicações aplica-se a qualquer transmissão, emissão ou recepção de sinais, escrita, imagens e sons ou informações de qualquer natureza por fios, rádio, meio óptico ou outros sistemas eletro-magnéticos – isto é, telégrafo, telefone ou rádio, e todas as demais aplicações tais como a televisão ou telex”.

Para a concretização desses objetivos, a UIT possui como prioridade fundamental a redução da desigualdade digital, criando uma infraestrutura da informação e da comunicação, bem como promovendo a criação de capacidades apropriadas e aumentando a confiança na utilização do ciberespaço por meio de uma maior segurança online. Outrossim, a meta de atingir um forte e rigoroso programa de cibersegurança e de ciberpaz, principalmente para a proteção de crianças que utilizam a Internet<sup>21</sup>, que são as duas maiores preocupações para a era da informação, e dessa forma, a UIT esta tomando medidas concretas a este respeito através do seu Programa de Cibersegurança<sup>22</sup>.

Outra preocupação da UIT é o melhoramento das comunicações de emergências, visando prevenir e reduzir os impactos provocados por desastres naturais, que poderá ocorrer em qualquer Estado e a qualquer momento, seja ele desenvolvido ou em desenvolvimento, porém há uma maior preocupação com os países pobres uma vez que suas economias são escassas e carecem de recursos. Assim, esses problemas poderão ser sanados através de uma ajuda internacional e a eficaz comunicação entre os Estados é essencial.

Em relação ao controle da utilização dos meios de telecomunicações, a UIT possui como finalidade a distribuição de frequências de rádio e o registro dos mesmos; a eliminação de qualquer interferência prejudiciais de uma estação em relação a outra; o estabelecimento dos preços e das taxas o mais baixo possível (ver anexo II – pág.48 )<sup>23</sup>, condizente com a prestação de um serviço eficiente; o estabelecimento de medidas que visam manter a segurança da vida dos cidadãos através das telecomunicações; a realização de estudos, recolha e publicação de informações nas áreas de telecomunicações, principalmente em relação ao espaço (satélites).

Ainda assim, a UIT trabalha na elaboração de normas necessárias para a criação de uma infraestrutura eficaz, bem como trabalha proporcionando serviços de

---

<sup>21</sup> Em 13 de Novembro de 2008, em Geneva, a UIT estabelece a iniciativa de proteção das crianças online – “Child Online Protection” (COP), principalmente contra crimes de pedofilia e violência infantil. Disponível em: [http://www.itu.int/newsroom/press\\_releases/2008/33.html](http://www.itu.int/newsroom/press_releases/2008/33.html).

<sup>22</sup> Ver site oficial da UIT: <http://www.itu.int/cybersecurity/>. Um papel fundamental da UIT, na sequência da Conferência Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) e de Plenipotenciários da UIT de 2006, com o objetivo de aumentar a confiança e a segurança na utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC).

<sup>23</sup> Ver: NINO, Marcelo. Telefonia no Brasil esta entre as mais caras. Folha de São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u511198.shtml>. Acesso em: 07/04/2009. Referente ao estudo realizado pela UIT; Porém, em outro artigo, encontram-se alegações em relação a alta carga tributária brasileira que afeta os valores das taxas e preços dos serviços de Telecomunicações, em: TELEBRASIL. Alta Carga Tributária eleva custo das tarifas do setor. Disponível em: <http://www.telebrasil.org.br/coletiva/10.pdf>. Acesso em: 06/05/2009.

telecomunicações a escala mundial, a gestão equitativa do espectro de frequências radioelétricas e das órbitas dos satélites, facilitando a prestação de serviços sem fios em todas as regiões do mundo, e ainda, estabelecendo programas de apoio aos países em desenvolvimento na elaboração de suas estratégias de modernização de suas telecomunicações<sup>24</sup>, tendo por objeto que todos os seres humanos devem ter acesso fácil de quaisquer informações e comunicações, contribuindo de uma maneira significativa ao desenvolvimento económico e social de toda a humanidade.

Segundo a Conferência Internacional de Buenos Aires, celebrada em 1994, foi estabelecido duas principais missões para a UIT, que consistem em primeiro, fixar os objetivos e estratégias com o escopo de definir orientações imprescindíveis para a construção de respostas aos novos desafios na área das telecomunicações que estão sempre em evoluções, e em segundo lugar, não de importância, mas apenas de enumeração, a adoção de um plano de ação visando permitir aos diversos países, bem como aos parceiros elaborarem políticas com efeitos favoráveis ao desenvolvimento de programas nas áreas das telecomunicações.

Segundo a declaração final, na Conferência Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada nos dias 10 e 12 de dezembro de 2003, organizada pela UIT, estabeleceu a importância da tecnologia da informação e da comunicação na contribuição da redução da desigualdade social, auxiliando na promoção das metas de desenvolvimento, prevista na declaração do Milênio, da ONU<sup>25</sup>:

**“A erradicação da pobreza extrema e da fome; a conquista da educação primária universal; a promoção da igualdade entre os sexos e da valorização da mulher; a redução da mortalidade infantil; a melhoria da saúde materna; o combate à AIDS; à malária e outras doenças; a garantia da sustentabilidade ambiental; e o desenvolvimento de parcerias globais para se alcançar um mundo pacífico, justo e próspero”.**

---

<sup>24</sup> Em 18 de Junho de 2008, o Vice-secretário da UIT, Houlin Zhao, reuniu-se em Cabo Verde, com os responsáveis do Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação – NOSI. Essa reunião possui como objetivo principal desenvolver a iniciativa “Conectar África”, que pretende mobilizar financiamento e recursos humanos para promover o acesso às novas tecnologias de comunicações com o fim de estimular a economia e combater o desemprego nos países africanos. Bem como teve o escopo de analisar a situação de desenvolvimento de Cabo Verde no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação e da Governação Eletrónica. Disponível em: [http://www.nosi.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=302](http://www.nosi.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=302).

<sup>25</sup> Ver: CRUZ, Renato. TV Digital no Brasil: Tecnologia Versus Política. SENAC. São Paulo. 2008, Pág. 158 e ss; International Telecommunications Union, “Declaration of Principles, Building the Information Society: a Global Challenge in the New Millenium”, Genebra, 2003. Disponível em: [http://www.itu.int/dms\\_pub/itu-s/md/03/wsispc3/td/030915/S03-WSISPC3-030915-TD-GEN-0006!R1!PDF-E.pdf](http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsispc3/td/030915/S03-WSISPC3-030915-TD-GEN-0006!R1!PDF-E.pdf).

Segundo o comunicado do Senhor Yoshio Utsumi, secretário-geral da UIT no período de 1999 à 2006, referente a impotência da União Internacional das Telecomunicações no desenvolvimento dos Estados: "As TIC por si só não poderão matar a fome, erradicar a pobreza ou reduzir a mortalidade infantil, mas são um catalizador cada vez mais importante que impulsiona o crescimento económico e a igualdade social"<sup>26</sup>.

#### 1.2.5. Órgãos<sup>27</sup>

A estrutura orgânica da UIT é formada por dois órgãos permanentes e um número considerável de não permanentes.

##### *1.2.5.1. Não Permanentes*

Formado pela Conferência de Plenipotenciários e pelo Conselho de Administração.

##### ***1.2.5.1.1. Conferência de Plenipotenciários***

A Conferência de Plenipotenciários é o organismo supremo da União Internacional de Telecomunicações (UIT), formada por delegados de todos os Estados membros, e dessa forma, cada membro possui o direito de um voto. É celebrada de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a última realizada foi a Conferência de Plenipotenciários, que ocorreu entre 06 a 24 de Novembro de 2006 em Antalya – Turquia. Nessas Conferências realizou-se a política geral da União, adotando planos estratégicos e financeiros quadrienal (aprovando limites de despesas orçamentais), bem como foram eleitos os altos cargos da organização, os membros do Conselho e os membros da Junta do Regulamento de Radiocomunicações. Dessa forma, a Conferência tratou-se de um acontecimento mais importante em que os Estados membros da UIT que decidem o futuro papel da Organização, determinando a capacidade de gerir o desenvolvimento

---

<sup>26</sup> Ver: CASA DOS BITS. Estudo do UIT diz que ciberespaço deverá ser um recurso partilhado. Disp. em:

[http://tek.sapo.pt/noticias/telecomunicacoes/estudo\\_do\\_uit\\_diz\\_que\\_ciberespaco\\_devera\\_ser\\_881647.htm](http://tek.sapo.pt/noticias/telecomunicacoes/estudo_do_uit_diz_que_ciberespaco_devera_ser_881647.htm)

<sup>27</sup> Ver: Anexo III, pág 49.

das tecnologias da informação e das comunicações em todo o mundo. E ainda, contará com a participação das empresas de exploração reconhecidas, os organismos científicos ou industriais e as instituições e organizações de financiamento ou de desenvolvimento de caráter internacional que os representam, esse grupo poderá também assistir a Conferência na qualidade de observadores.

Além de estabelecer políticas gerais, podem também rever a Convenção Internacional de telecomunicações.

A próxima Conferência Ordinária de Plenipotenciários realizar-se-a no período de 04 a 22 de Outubro de 2010 em Veracruz – México<sup>28</sup>.

#### ***1.2.5.1.2. Conselho de Administração***

O Conselho da União Internacional das Telecomunicações foi criado em 1947, após a decisão da Conferência de Plenipotenciários realizada em Atlantic City – Nova Jersey – Estados Unidos.

Sua constituição é formada por no máximo 25% do número dos Estados membros, ou seja, trata-se de um órgão restrito, formado por 46 representantes dos Estados membros, sendo um delegado para cada Estado, eleito pela Conferência de Plenipotenciários observando-se a necessidade de uma distribuição equitativa dos postos entre as cinco regiões do mundo – Américas, Europa Ocidental, Europa Oriental, África e Ásia.

A constituição do atual Conselho é formado por 46 membros<sup>29</sup>:

- “- Região A (Américas): 8 membros – Argentina, Brasil, Canada, Cuba, México, Trinidad e Tobago, Estados Unidos e Venezuela.**
- Região B (Europa Ocidental): 8 membros – França, Alemanha, Italia, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia.**
- Região C (Europa Oriental): 5 membros – Bulgária, República Tcheca, Roménia, Federação Russa, Ucrânia.**
- Região D (África): 13 membros – Argélia, Burkina Faso, Camarões, Egito, Gana, Quênia, Mali, Marrocos, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tanzânia e Tunísia.**
- Região E (Ásia e Australasia): 12 membros – Austrália, China, Índia, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, Paquistão, Filipinas, Arábia Saudita, Tailândia, Emirados Árabes Unidos”.**

A função do Conselho é de examinar os assuntos gerais de políticas das telecomunicações com o escopo de garantir que as atividades da União Internacional de

<sup>28</sup> Ver: <http://www.itu.int/plenipotentiary/index-es.html>.

<sup>29</sup> Council of the UIT (2006-2010) – Disponível em: <http://www.itu.int/council/members07-10.html>.

Telecomunicações, bem como que as políticas e estratégias possam responder de forma eficaz e plena em torno da evolução dinâmica e rápida da atual infraestrutura das telecomunicações.

Além disso, o Conselho é responsável pelo bom funcionamento da União, da coordenação dos programas de trabalho, da aprovação dos pressupostos e do controle das finanças e dos gastos.

Dessa forma, o Conselho toma todas as medidas necessárias que visam facilitar a aplicação das disposições da Constituição da UIT, da Convenção da UIT, dos Regulamentos Administrativos (que constituem nos Regulamentos das Telecomunicações Internacionais e os Regulamentos de Radiocomunicações), as decisões das Conferências de Plenipotenciários e, sendo o caso, das decisões de outras Conferências e Reuniões da União.

O Conselho de Administração reúne-se em sessão anual, bem como no intervalo das sessões da Conferência de Plenipotenciários, é de sua responsabilidade assegurar a direção suprema da Organização, coordenando também as atividades dos órgãos permanentes da UIT.

A Reunião do Conselho de 2008 ocorreu em Genebra, sendo celebrada entre 12 a 21 de Novembro de 2008. A Reunião do Conselho de 2009 realizar-se-a em Genebra, em 20 de Outubro de 2009<sup>30</sup>.

#### *1.2.5.2. Permanentes*

Formado pelo Secretariado Geral, pelo Setor das Radiocomunicações, pelo Setor da Normalização das Telecomunicações, pelo Setor de Desenvolvimento das Telecomunicações e pelas Conferências Mundiais de Telecomunicações Internacionais

##### ***1.2.5.2.1. O Secretariado-Geral***

Conforme o artigo 11 da Constituição e do artigo 5 da Convenção, a Secretaria Geral tem a competência de fornecer de forma precisa, eficiente e em menor tempo possível os serviços de adesão de novos membros, e servir, coordenar e apoiar as atividades dos setores da União.

---

<sup>30</sup> Ver: <http://www.itu.int/council/index-es.html>.

O Secretário Geral atual é o Senhor Dr. Hamadoun I. Touré<sup>31</sup>, da República do Mali, eleito pela Conferência de Plenipotenciários celebrada em Antalya - Turquia, em 2006. Cabe-lhe dirigir o Secretariado Geral, o Conselho Internacional de Registro de Frequências Rádio-Telefônicas, o Comitê Consultivo Internacional de Rádio-Comunicações, o Comitê Consultivo Internacional do Telégrafo e do Telefone e as Conferências Administrativas Mundiais.

A Secretaria-Geral da UIT foi criada pela Conferência Telegráfica realizada em Viena em 1868 e localizada em Berna (Suíça) em 1869. Ela recebeu sucessivamente os nomes de Bureau International des Administrations Télégraphiques (1909-1933), o Bureau de l'Union Internationale des Télécommunications (1934-1947) e Secretaria Geral da UIT (desde 1948).

A Secretaria-Geral é responsável pelos aspectos administrativos e financeiros da União, as quais incluem a prestação de serviços de conferência e de informação, planejamento estratégico de longo prazo e de outras funções, tais como as relações externas, a consultoria jurídica, finanças, gestão de pessoal e de serviços comuns.

No que diz respeito às inúmeras reuniões, assembleias e conferências regionais e internacionais, a Secretaria-Geral é responsável pela organização e logística do fornecimento de serviços administrativos e de documentação, e também a tradução e interpretação em seis línguas de trabalho da União Europeia. Além disso, ele é responsável pela assessoria jurídica, apoio em comunicação e relações com os meios de comunicação para estes eventos.

Através de um completo centro de preparação e processamento da documentação, a Secretaria-Geral também é responsável pelo design e impressão de documentos e publicações, bem como a comercialização, venda e expedição de suas publicações para clientes ao redor do mundo.

Nas áreas de planejamento estratégico, desenvolvimento de políticas, das relações externas e comunicação corporativa, a Secretaria realiza atividades que vão desde a preparação de documentos e relatórios sobre as tendências no mercado mundial das telecomunicações, o conceito de comunicação para promover políticas e documentos de trabalho da União Europeia.

A Secretaria-Geral é responsável pelas relações com a mídia, a ONU e outras organizações internacionais e regionais, bem como questões de protocolo internacional.

---

<sup>31</sup> Bibliografia completa do Senhor Dr. Hamadoun I. Touré, encontra-se disponível no site oficial da UIT em: <http://www.itu.int/net/ITU-SG/biography-es.aspx>.

Também propõe melhorias para os métodos de trabalho e desenhos medidas de poupança de custos através da análise das atividades.

A gestão das finanças da União também está dentro das funções da Secretaria-Geral. As suas funções consistem em aconselhar sobre este assunto e apresentar um relatório aos membros e aos órgãos legislativos da União em matéria financeira e orçamental, preparar o projecto de orçamento e de comportamento dos custos e análise de relatórios financeiros.

A Secretaria-Geral é responsável pelos assuntos jurídicos da União e, nesta área é responsável pela prestação de aconselhamentos e assistências sobre uma série de importantes documentos, incluindo os acordos formais e os tratados internacionais. Além disso, possuem um papel de aconselhar o secretário-geral em suas atividades como representante legal da UIT, sendo também, o depositário dos tratados e outros acordos concluídos pela União ou sob a sua égide.

As diversas necessidades de comunicação interna da UIT também são geridos pelo Secretariado-Geral, que é responsável pela atualização da infra-estrutura de serviços de tecnologias da informação, a troca de informações, fornecimento de softwares administrativos e ambientes de desenvolvimento.

Por último, o Secretária Geral é responsável pela concepção das políticas relativas ao pessoal e recursos humanos, estabelecendo procedimentos no que diz respeito a vários domínios, incluindo recrutamento, formação, aconselhamento e classificação aos diversos cargos de trabalho.

#### ***1.2.5.2.2. Setor das Radiocomunicações (UIT-R)***

A União Internacional das Telecomunicações do setor das Radiocomunicações possui a obrigação de gerir o espectro de rádio frequência internacional (a banda de frequência é um recurso limitado e finito), bem como as órbitas dos satélites (facilitando o funcionamento seguro dos serviços de satélites), uma vez que é crescente a demanda por serviços fixos, móveis, de radiodifusão, rádio amador, a telecomunicações de emergências, de meteorologia, sistemas de posicionamento global, observação ambiental, dessa forma, lidam com a segurança da vida na terra, no céu e no mar.

Desta forma, ela esta constituída com o escopo de alocar e gerir os espectros e registrar as frequências atribuidas para cada rádiocomunicador, bem como o posicionamento orbital, e de outros parâmetros de satélites com o escopo de evitar



possíveis interferências que poderiam prejudicar o bom funcionamento das estações de rádio de diferentes países. Assim, esse sistema internacional de gestão do espectro constitui uma base para a construção de determinados procedimentos regulamentares, visando a elaboração de normas para a notificação da frequência, bem como sua coordenação e registro (Registro Internacional de Frequências).

Outra importante tarefa da UIT-R constitui no desenvolvimento de normas para os sistemas de radiocomunicações, garantindo a efetiva utilização do espectro rádio-frequência, bem como os estudos sobre os desenvolvimentos dos sistemas de radiocomunicações.

Um dos importantes estudos realizado, é o do desenvolvimento de sistemas de comunicações, com o escopo de utiliza-los, de melhor forma possível, para os serviços de prevenções e combates a catástrofes, realizando dessa forma, uma mitigação e/ou alívio das operações que consistem em serviços de previsões e detecção de desastres, bem como de alerta de emergências. Nesses casos de catástrofes, muitas vezes, a infraestrutura de telecomunicações com fios é bastante afetada, podendo até ser totalmente destruída, restando assim, a utilização dos serviços de radiocomunicações, considerados os mais eficazes durante a realização das operações.

No intervalo das última décadas até aos dias atuais, a utilização da Radiocomunicações esta se expandindo de uma forma acelerada, e a sua exploração de forma racional e eficiente produz efeitos positivos globais, devido a sua importância no desenvolvimento e na infraestrutura para o Governo de qualquer ator internacional, aumentando dessa forma, a produtividade da nação, bem como a expansão e desenvolvimento das indústrias de telecomunicações. Todos esses fatores ao serem somados, aumentam a qualidade de vida dos cidadãos mundiais.

Necessariamente, os regulamentos de radiocomunicações, estabelecidos no quadro de atribuições de frequências, sofreram uma revisão e sofrem atualizações periódicas, com o escopo de amoldarem-se a realidade global, uma vez que atualmente há uma crescente e rápida modernização dos meios de radiocomunicações.

É de suma importância o controle e a fiscalização por parte dos Estados, dos utilizadores de telecomunicações por via rádio, uma vez que qualquer utilização clandestina poderá interferir nas rádios em funcionamento legal, bem como interferindo no controle do tráfego aéreo.

O Russo, Senhor Dr. Valery Timofeev<sup>32</sup>, é o atual diretor do Setor de Radiocomunicações, após a sua reeleição pela Conferência de Plenipotenciários da UIT em 2006.

#### ***1.2.5.2.3. Setor da Normalização das Telecomunicações (UIT-N)***

O papel da UIT como criadora de normas universalmente reconhecidas na área das telecomunicações remonta aos tempos do nascimento da própria organização. Desde a sua criação em 1865, a União tem sido responsável pela padronização das indústrias, através do consenso sobre as tecnologias e serviços que formam a espinha dorsal de um dos maiores ramos de atividades do mundo, atividades que na maioria das vezes interliga homens a sistemas. Em relação a dados quantitativos, apenas em 2007, o Setor de Normalização das Telecomunicações da UIT (UIT-T) produziu mais de 160 novas normas (Recomendações da UIT-T), que abrangem sobre toda a matéria, desde a rede básica de funcionalidade de banda larga até em relação a próxima geração de serviços de IPTV.

As Recomendações da UIT-T são consideradas como elementos definidores da infra-estrutura das informações e comunicações (TIC). Quaisquer troca de voz, dados ou vídeo mensagens, em geral, qualquer comunicações so podem ser utilizadas por que existem normas referentes, que permitem as ligações do remetente ao receptor. Hoje essas normas estendem-se muito além das áreas tradicionais de telefonia para abranger um leque muito mais amplo de tecnologias de informação e comunicação.

Atualmente, as áreas de trabalho prioritário da UIT-N são as que visam garantir as necessidades dos países em desenvolvimento, concretizando dessa forma, a meta do desenvolvimento global das TIC. Assim, tratam-se da adoção de normas internacionais visando garantir a inter-operabilidade das telecomunicações, sem descontinuidade, bem como o reforço da confiança e da segurança na utilização das TIC; o aperfeiçoamento das normas referente as comunicações de emergência para desenvolver sistemas de alerta precoce e de proporcionar o acesso as comunicações durante e após as catástrofes. Dessa forma, poderão reduzir o impacto sofrido pelas TIC durante quaisquer alterações climáticas, ou quem sabe até sana-las.

---

<sup>32</sup> Bibliografia completa do Senhor Valery Timofeev, encontra-se disponível no site oficial da UIT em: <http://www.itu.int/ITU-R/index.asp?category=information&rlink=director&lang=en>.

No decorrer dos anos, reúnem-se em reuniões da IUT centenas de peritos com a pretensão de contribuir com informações, ideias, experiências entre grupos de estudos que desenvolverão ideias para a construção de Recomendações. Assim, a grande vantagem é que a maioria desses profissionais fazem parte dos setores privados, e dessa forma, compreende um importante equilíbrio em relação a entrega rápida e eficiente de normas, constituindo um processo ideal, uma vez que nessa matéria, as normas estão sujeitas a revisão constante, com o escopo de assegurar que novas e adequadas normas sejam colocadas à disposição da indústria no menor tempo possível, acompanhando dessa forma, o exigente mercado de produtos cada vez mais complexos e modernos.

A Agência de Normalização das Telecomunicações (TSB), localizada em Genebra, fornece também, o apoio logístico, que é indispensável para grupos de estudo, incluindo equipamentos eletrônicos e organizações de reuniões de trabalho de gestão. Ela também administra a promoção de workshops, procedimentos de filiação, elaboração e gestão de documentos, gestão das finanças, atualizações de informações no website, etc.

O Britânico, Senhor Dr. Malcolm Johnson<sup>33</sup>, é o atual diretor do Setor de Normatização, após a sua eleição pela Conferência de Plenipotenciários de 2006.

#### ***1.2.5.2.4. Setor de Desenvolvimento das Telecomunicações (UIT-D)***

A missão do Sector de Desenvolvimento das Telecomunicações (UIT-D), tem como objectivo alcançar os objectivos do sector, que são baseados no direito à comunicação de todos os habitantes do planeta através do acesso à infra-estrutura e aos serviços de informação e comunicação.

Neste contexto, a missão consiste em:

- 1- Ajudar os países no domínio das tecnologias da informação e comunicação (TIC), no sentido de facilitar a mobilização de técnicos, recursos humanos e financeiros necessários para a sua execução, bem como na promoção do acesso às TIC.
- 2- Promover a extensão dos benefícios das TIC a todos os habitantes do planeta.
- 3- Promover e participar em ações que contribuam para a redução da exclusão digital.

---

<sup>33</sup> Bibliografia completa do Senhor Malcolm Johnson, encontra-se disponível no site oficial da UIT em: <http://www.itu.int/ITU-T/tsb-director/>.

4- Desenvolver e gerir programas que facilitem o fluxo de informações orientadas para as necessidades dos países em desenvolvimento.

A missão da UIT, acima citada, inclui “dupla responsabilidade”, uma como agência especializada das Nações Unidas e uma outra como uma agência executora para a implementação de projetos no âmbito do desenvolvimento das Nações Unidas ou outro sistema de financiamento.

O Árabe Saudita, Senhor Dr. Sami Al-Basheer Al Morshid<sup>34</sup>, é o atual diretor do Setor de Desenvolvimento, após a sua eleição pela Conferência de Plenipotenciários de 2006.

#### ***1.2.5.2.5. Conferências mundiais de telecomunicações internacionais***

As conferências mundiais de telecomunicações internacionais possuem o escopo de reunir os representantes mais influentes dos Governos e das Indústrias das telecomunicações para trocarem ideias, conhecimentos e tecnologias entre si, beneficiando a comunidade mundial e principalmente os países em desenvolvimento.

As conferências ocorrem em todo o mundo, dividindo-se por continentes, ITU TELECOM Europa, Africa, Estados Árabes, e o último evento ocorreu na Ásia. E ainda, esta previsto para os dias 05 à 09 de Outubro a ITU TELECOM WORLD 2009 que ocorrerá em Genebra, bem como a ITU TELECOM Américas que esta prevista para o ano de 2010.

Em sua composição, é formada por uma Junta composta por um Comitê de Exposição e um Comitê de Forum. Ambos Comitês realizam suas reuniões com os temas específicos a serem examinados, e o Secretário Geral é o responsável pela modificação da composição da Junta em cada 2 em 2 anos, mantendo a maior abrangência possível da composição em relação ao equilíbrio representativo dos 5 continentes.

A Junta possui como objetivo prestar o assessoramento e o apoio estratégico ao Secretário Geral, bem como ajudar no planejamento das exposições e dos foruns.

Todas as reuniões da Junta são realizadas após ao pedido do Secretário Geral, e nessas reuniões é escolhido um presidente entre os membros. É seguido a ordem do dia e se houver outros pontos, esses serão analisados também nos debates.

---

<sup>34</sup> Bibliografia completa do Senhor Al-Basheer Al Morshid, encontra-se disponível no site oficial da UIT em: <http://www.itu.int/net/ITU-SG/directors/al-basheer-es.aspx>.

Os membros são remunerados apenas por honorários.

Em decorrência de um superavit gerado no setor, esses recursos excedentes foram dedicados em outras atividades, necessariamente em projetos de desenvolvimentos, entre eles:

1- A formação e capacitação de profissionais por meio de centros de excelência e centros de formação, que oferecem ofertas de cursos em todo o mundo;

2- O desenvolvimento de infraestruturas, buscando cooperação e compromissos com os governos nacionais, com o escopo de modernizar e melhorar os serviços de telecomunicações, levando-os também para as áreas rurais;

3- O desenvolvimento de novas tecnologias, através do financiamento de projetos;

4- A assistência aos países com necessidades especiais, principalmente os que estiveram em períodos de guerras ou conflitos, principalmente através da reconstrução de sua infraestrutura de telecomunicações.

## CAPÍTULO 2. A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES – INTERNET

### SECÇÃO 2.1. RELATO HISTÓRICO

#### 2.1.1. Origens e evoluções

Em meados da década de 60, durante a guerra fria, surgiu a ARPAnet, a antecessora da Internet, proveniente da expressão *Advanced Research Projects Agency Network*<sup>35</sup>, foi a primeira rede operacional de computadores à base de comutação de pacotes<sup>36</sup>. A causa do seu surgimento ocorreu devido ao lançamento do primeiro satélite da extinta União Soviética, em 04 de Outubro de 1957, denominado *Sputnik* - satélite. Uma vez que a tecnologia utilizada para o lançamento do satélite é similar a de lançamento de foguetes de longo alcance, o governo norte americano sentiu-se ameaçado.

Em 1957, após o lançamento, o governo americano ordenou que fossem criados vários pontos governamentais como agências, centros de pesquisas e que os mesmos fossem interligados de uma maneira prática, rápida e autônoma, para a troca de dados, a autonomia via-se necessária com o escopo de manter os computadores das bases militares e governamentais Norte Americanas interligados, de forma a deter todo o tipo de informações, sendo que estas poderiam sofrer atualizações em um lapso temporal curto, e caso houvesse um ataque Soviético com a destruição de um deles, não afetaria o funcionamento dos outros, espalhados por todo país. Até então a gestão era realizada apenas pelos militares.

Somente no início da década de 70, as universidades e outras demais instituições não militares, tiveram a permissão de utilizar à Arpanet para suas pesquisas e demais trabalhos<sup>37</sup>.

Devido a sua grande eficiência e praticidade, houve um crescimento do número de utilizadores, chegando ao número de aproximadamente 100 sites, em meados de 1975. O grande problema foi que a utilização da Arpanet cresceu demais, e nos finais

---

<sup>35</sup> Ver: SCHWABACH, Aaron. *Internet and the law: technology, society, and compromises*. 2005. Pág. 186 e ss. “The Internet’s ancestry is usually traced to ARPANET, a computer network established by the Advanced Research Projects Agency (ARPA, thus the name) of the United States Department of Defense”.

<sup>36</sup> O pioneiro da investigação foi o Dr. Paul Baran na década de 1960, que previa uma rede de comunicações que poderiam sobreviver a um grande ataque inimigo. (Ver anexo IV pág. 50).

<sup>37</sup> Ver: VILHA, Anapátricia Morales. *E OUTROS. E-marketing: para bens de consumo durável*. 2002. Pág. 19ss.

dos anos 70, o seu protocolo de comutação de pacotes original – denominado *Network Control Protocol* (NPC), tornou-se obsoleto, obrigando a sua migração para o TCP/IP – *Transfer Control Protocol/Internet Protocol*<sup>38</sup>.

A ARPAnet foi sendo ligada a outras redes de Universidade e de grandes empresas na década de 80, bem como foi criado os primeiros ISP – *Internet Service Providers*, que através de acesso *dial-up*, possibilitava dar acesso também aos particulares.

No Brasil, a Internet só foi utilizada pela primeira vez em 1988, que decorreu de um Convênio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo com o Fermilab em Chicago nos EUA. Tratava-se de uma conexão 4800 bps, conectado utilizando circuitos de comunicação de dados da EMBRATEL. Ainda no mesmo ano, o Laboratório Nacional de Computação Científica do CNPQ, no Rio de Janeiro, também estabeleceu um Convênio com a Universidade de Maryland com uma conexão de 9600 bps<sup>39</sup>.

Nos anos 1990 e seguintes, ocorreu a verdadeira explosão mundial da Internet, principalmente com a criação da *World Wide Web*, o desenvolvimento dos *browsers* e principalmente devido a diminuição dos custos de acesso e do próprio equipamento, ocasionando um crescimento exponencial.

### 2.1.2. Importância

Atualmente, muitos setores da sociedade utilizam a Internet de alguma forma. A Internet nada mais é do que um meio de comunicação que oferece simultaneamente variadas espécies de entretenimento, de negócios, bem como de serviços; de âmbito global e ao mesmo tempo descentralizado, uma vez que a sua rede permite o envio, armazenamento e o recebimento de informações em qualquer formato e tamanho, por meio de seus milhares de *sites*, proveniente de vários países, e por consequência, em vários idiomas, possibilitando dessa forma, a comunicação entre as pessoas de qualquer

---

<sup>38</sup> Devido ao crescente número de utilizadores, mais uma vez, houve a necessidade de alteração do modelo de Protocolo de Internet, atualmente, o IP atual (IPv4) está migrando para uma versão com mais variantes (IPv6), com o escopo de comportar todos os utilizadores. Nesse sentido ver: IPv6 – IP versão 6, o novo protocolo da Internet. Disponível em: <http://portalipv6.lacnic.net/pt-br/ipv6-ip-vers-o-6-o-novo-protocolo-da-internet>.

<sup>39</sup> Ver: BOLZANI, Caio Augustus Morais. *Residências Inteligentes*. 1899. Pág. 222 e ss.

nacionalidade, de maneira individual, por meio de um correio eletrônico ou de forma coletiva, por meio de *chat* / bate papo<sup>40</sup>, etc...

Dessa forma, em decorrência dessa facilidade de comunicação, a Internet tem seu papel reconhecido no âmbito privado, bem como no público, como por exemplo, em bibliotecas, agências nacionais, forças armadas, cartórios, universidades etc... que possuem seus serviços facilitados por meio dessa ferramenta.

Existe uma rica doutrina<sup>41</sup> em relação a importância da Internet, uma vez que seu nascimento constitui um marco importante na vida Estatal e de seus cidadãos, poderíamos até estudar as comunicações em dois momentos: antes do surgimento da Internet e depois do surgimento da Internet, que ambos trabalhos teriam um volumoso e rico número de conteúdo e páginas, mesmo a Internet sendo uma ferramenta tão nova, mas que incentivou um grande número de autores a escreverem, livros, artigos, revistas, etc... buscando compreender a área técnica bem como ir mais além da explicação e da exploração da sua utilização, ou seja, buscar reflexões a respeito de sua natureza e do seu impacto na sociedade, bem como a sua falta, uma vez que já estamos acostumados com a sua praticidade.

Segundo o Sr. Dr. Professor Carlos Blanco de Moraes, em uma de suas obras, ele reserva um tópico sobre a sinopse sobre a informática legal como processo de comunicação normativa, salientando que a generalidade que a informática aplicada à simplificação, a qual é designada por alguns como o “*ciber-código*”, permite, segundo ele<sup>42</sup>:

- “i) A busca para efeito de levantamento, de toda a legislação que dispõe sobre uma dada matéria;**
- ii) A identificação automática, nos diplomas recolhidos nos termos expostos no número anterior, de todas as disposições expressamente revogadas, podendo também, no caso de se introduzirem dados relativos a revogações, localizar estas últimas;**
- iii) A redação assistida dos diplomas que promovem a consolidação ou a codificação de normas dispersas, através de aplicações de legimática;**
- iv) A monitorização dos prazos de caducidade inseridos em certas leis (“*sunset*” *legislation*);**
- v) A sinalização dos pressupostos de republicação automática de certos diplomas que insiram certas alterações legislativas no Direito pré-existente;**

---

<sup>40</sup> Ver: PINHO, José Benedito. Publicidade e vendas na Internet: técnicas e estratégias. São Paulo. 2000. Pág. 37.

<sup>41</sup> Ver: GOLDSMITH, Jack L. WU, Tim. Who controls the Internet? Illusions of a borderless world. Oxford University. 2006. Pág. 13 e ss. GRAHAM, Gordon. TALENS, Manuel. Internet: Una indagación filosófica. Universitat de València, 2001. Pág. 31 e ss.

<sup>42</sup> Ver: MORAIS, Carlos Blanco. Ciência da Legislação e Legística – No âmbito do processo legislativo do Governo – Relatório. FDL. 2005. Pág. 524 e 525.



**vi) A disponibilização, às pessoas individuais e colectivas, do acesso, através da Internet, às bases de dados que contenham uma relação actualizada da legislação vigente e aos motores de busca necessários para a elas acederem por assunto, por data, por menção formal ou por outra referência pertinente”.**

Poderíamos pensar atualmente na impossibilidade da utilização da Internet? Vamos imaginar a eclosão de um embargo na sua utilização por parte dos Estados Unidos da América, isso seria possível? O mundo é o destinatário da Internet, e quem é o detentor? É complicado aceitarmos a ideia de que o governo dos Estados Unidos da América é o detentor da Internet, ao passo que a Comunidade Internacional é sua destinatária.

## SECÇÃO 2.2. A GESTÃO DA INTERNET

### 2.2.1. Relato histórico

Por volta do ano de 1970, foi necessário a criação de um órgão que seria o responsável pela gestão, coordenação, administração e manutenção de todo o sistema, para que a Internet mantivesse funcionando bem. Esse órgão, denominado IANA – *Internet Assigned Numbers Authority*, era o responsável, ele designava e mantinha determinados códigos e numerações de sistemas únicos, utilizados em consonância com as normas técnicas que regulam o uso da Internet.

Porém, atualmente, essas funções são de competência da ICANN – *Internet Corporation for Names and Numbers*, que trata-se de um órgão mundial, responsável por estabelecer as regras para a utilização da Internet<sup>43</sup>.

O ICANN<sup>44</sup> é uma entidade sediada na Califórnia, sem fins lucrativos e de âmbito internacional, é de sua competência principal a distribuição de números de Protocolo de Internet (IP), bem como é responsável também pela designação de identificação de protocolo, pelo controle do sistema de nomes de domínios de primeiro nível com códigos genéricos (gTLD) e de países (ccTLD) e ainda, possui outras funções de administração central da rede de servidores. Todos estes serviços eram originalmente prestados mediante contrato com o governo dos EUA e pela IANA e outras entidades.

---

<sup>43</sup> Ver: PERROW, Charles. *The next catastrophe: reducing our vulnerabilities to natural, industrial, and terrorist disasters*. Princeton University Press. 2007. Pág. 280 e ss. SCHWABACH, Aaron. *Internet and the law: technology, society, and compromises*. 2005. Pág. 187 e ss.

<sup>44</sup> Ver anexo V. A estrutura organizacional da ICANN. Pág. 51.

Porém, atualmente é a ICANN que cumpre as funções da antiga IANA, resta saber se esses contratos originalmente elaborados para a prestação de serviços continuam vigorando ou a partir do momento em que houve a transposição de responsabilidade para um outro órgão, os contratos caducaram? Na prática, o que percebemos é que esta vigorando, embora, lembremos que a IANA era um órgão totalmente subordinado ao governo dos EUA, historicamente ligada ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos, e foi sucedida por uma que possui uma missão diferenciada, uma vez que a ICANN atualmente é uma sociedade de capital misto e de âmbito internacional, que dedica-se à manutenção da estabilidade operacional da Internet, bem como à promoção da concorrência e talvez uma de suas funções mais importante, são os esforços de obter uma ampla representação da comunidade global congregadas na Internet e ao desenvolvimento de uma política condizente com à sua missão.

A ICANN funciona da seguinte forma, a sua estrutura, inicialmente é formada por governos e organizações estabelecidas por tratados internacionais, esses atores trabalham juntamente com parceiros privados, como as empresas, entidades e indivíduos qualificados na área, em geral, todos estão envolvidos com o escopo de desenvolver e dar manutenções periódicas na infra-estrutura da Internet global. Com relação a representatividade internacional, a diretoria da ICANN conta com cidadãos da Alemanha, Austrália, Brasil, Bulgária, Canadá, China, Coreia, Espanha, Estados Unidos da América, França, Gana, Holanda, Japão, México, Portugal, Quênia, Reino Unido e Senegal<sup>45</sup>, que supervisionam o processo de desenvolvimento de políticas aptas a elaboração de sua missão. O presidente da ICANN é competente para administrar uma equipe internacional que opera de três continentes, procedimento que visa garantir o cumprimento dos compromissos operacionais com a comunidade internacional atual, que é dependente, em qualquer área, da Internet.

Dentre suas várias atividades, uma das que marcaram como de maior conquista, foram os trabalhos coordenados com a comunidade técnica, bem como determinadas partes interessadas, que conjuntamente, inspiraram a ICANN a adotar diretrizes para a implementação de nomes de domínios internacionalizados (IDN – *Internationalized Domain Names*), o que acarretou o nascimento de registro de domínios em centenas de idiomas.

---

<sup>45</sup> Disponível em: <http://www.icann.org/tr/portuguese.html>.

E ainda, segundo o discurso do Secretario Assistente Dr. Meredith Attwell Baker, realizado em junho de 2008, em relação aos progressos na construção da ICANN como uma instituição, esse processo deverá ser conhecido e segundo as suas perspectivas, os destaques ao longo dos últimos dez anos foram<sup>46</sup>:

**“\* O refino da missão da ICANN e o apoio a sua reestruturação de suas organizações e comissões consultivas para cumprir os propósitos centrais técnicos;**

**\* A garantia de um acordo dos Registros Regionais de Internet (RIR), facilitando o desenvolvimento da abordagem política global;**

**\* O desenvolvimento da responsabilização dos acordos-quadro com variados códigos de domínio de variados países utilizadores, instituindo o *Country Code Names Supporting Organization* (ccNSO);**

**\* O Reforço decorrente da realização de processos de participação na ICANN pela comunidade global através de uma melhor divulgação, ligações e comunicações regionais multilingue”.**

A concretização dessa participação da comunidade internacional é realizada pela participação de todos aqueles que possuem interesse na política global da Internet, principalmente no ponto de vista da coordenação técnica.

Destarte, a forma de divulgação principal são os fóruns na Internet (virtuais) que são divulgados e podem ser acessados no Web site da ICANN, além do envio de informações a respeito, pelas organizações de suporte e os seus comitês consultivos que mandam para os participantes já conhecidos malas diretas via e-mail. Em relação aos fóruns presenciais, ou seja, as reuniões públicas, são realizadas todo o ano, as últimas realizadas foram em Bucareste, Montreal, Xangai, Rio de Janeiro, Agra e Sydney (No. 35); e esta prevista a próxima reunião, em 25 a 30 de Outubro de 2009 em Seoul (No.36), bem como no ano seguinte, que ocorrerá na América Latina no período de 20 a 25 de junho de 2010<sup>47</sup>.

### 2.2.2. A Importância da Paridade na Gestão da Internet

A descrição do tópico acima demonstra a preocupação da atual instituição em manter uma democratização na gestão da Internet, se não fosse o simples fato de que a

---

<sup>46</sup> Ver: 33rd. Meeting of the Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) Cairo, Egypt, November 6,2008 – Acting Assistant Secretary Meredith Attwell Baker. National Telecommunications and Information Administration – U.S. Department of Commerce. Disponível em: [http://www.ntia.doc.gov/speeches/2008/Baker\\_ICANN\\_081106.pdf](http://www.ntia.doc.gov/speeches/2008/Baker_ICANN_081106.pdf). Acesso em: 10 de Junho de 2009.

<sup>47</sup> ICANN: Busca de Anfitrião para a Reunião na América Latina em 2010. Disponível em: <http://www.icann.org/pt/announcements/announcement-12jan09-pt.htm>. Acesso em: 12 de Maio de 2009.

ICANN é um órgão subordinado ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos<sup>48</sup>, embora o acordo previa o seu término em 30 de setembro de 2006, foi prorrogado por mais 3 anos, devendo terminar em 30 de Setembro de 2009<sup>49</sup>.

Em contrapartida, a missão da ICANN é prestar um “serviço público internacional” no âmbito da utilização da Internet aos Estados contratantes, porém, sua natureza jurídica não se encaixa com as outras já conhecidas e aceitas prestadoras de serviços públicos internacionais, uma vez que a ICANN é uma sociedade de capital misto e de âmbito internacional, enquanto as Organizações Internacionais constituem-se de uma personalidade jurídica de direito internacional, tratam-se de entidades autônomas, juridicamente distinta dos Estados que as compõem, decorrente da criação, aceitação e manutenção do seu pacto constitutivo.

Segundo o autor<sup>50</sup>, nem todo mundo está feliz com um sistema em que a Internet é administrada por uma organização que tenha ligações com o governo dos Estados Unidos, e dessa forma, a questão da gestão da Internet foi levantada em Genebra, no segmento da *World Summit on the Information Society in 2003*, e o plano de ação que foi aprovado pelos governos consistia em pedir ao Secretário Geral das Nações Unidas a criação de um grupo de trabalho sobre a gestão da Internet e com o escopo de “desenvolver uma definição funcional de administração da Internet<sup>51</sup>”.

Assim, foi criado em 23 de novembro de 2005, em Túnis, o Fórum de Governança na Internet (IGF) do *The Working Group on Internet Governance* (WGIG), devidamente constituído, ocorrendo entre 30 de outubro a 02 de novembro de 2006, o primeiro Fórum sobre “*Internet Governance*”, e dessa forma, as reuniões desse grupo

---

<sup>48</sup> Ver: Memorandum of Understanding Between the U.S. Department of Commerce and the Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Disponível em: [http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/agreements/amendment6\\_09162003.htm](http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/agreements/amendment6_09162003.htm). Acesso em: 12 de Junho de 2009. Bem como: Department of Commerce Statement Regarding Extension of Memorandum of Understanding With the Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Disponível em: [http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/agreements/sepstatement\\_09162003.htm](http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/agreements/sepstatement_09162003.htm). Acesso em 12 de Junho de 2009.

<sup>49</sup> Ver: Joint Project Agreement Between the U.S Department of Commerce and the Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Disponível em: [http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/agreements/jpa/ICANNJPA\\_09292006.htm](http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/agreements/jpa/ICANNJPA_09292006.htm). Acesso em 15 de Junho de 2009.

<sup>50</sup> Ver: SCHWABACH, Aaron. *Internet and the law: technology, society, and compromises*. 2005. Pág. 189.

<sup>51</sup> Ver: MATHIASON, John. *Internet Governance: The New Frontier of Global Institutions*. 2008. Pág. 18. Ver também: Geneva Plan of Action, paragraph 13(b)(i).

de trabalho tinham o objetivo de definir o que era a gestão da Internet. Uma vez definida, a definição foi devidamente incorporada na Agenda de Túnis, nos termos<sup>52</sup>:

**“É o desenvolvimento e a aplicação das normas, regras, procedimentos de tomada de decisões e programas que determinam a evolução e utilização da Internet pelos governos, os setores privados e a sociedade civil, nos seus respectivos papéis, de princípios partilhados”.**

Embora, segundo entrevistas concedidas pelo Secretário-geral da União Internacional das Telecomunicações, Sr. Dr. Hamadoun Touré, a vários jornais brasileiros, alertou que<sup>53</sup>:

**"Não há nem mesmo um acordo sobre o que quer dizer governança na internet".**

Mesmo que não exista um acordo sobre o conceito de governança na Internet, sabemos que o titular da governança, independente do que queira ser, será a Comunidade Internacional. E se partirmos para a negativa dessa afirmação, poderíamos prever a desconfiança dos Estados contratantes do serviço da Internet, sentimento que levará os mesmos a desenvolverem sua própria Internet, bem como qualquer outra tecnologia sob o controle de um determinado Estado. A título de exemplificação, podemos citar a tecnologia dos sistemas móveis de coordenadas terrestres, que atualmente existem efetivos o *Global Positioning System* – (GPS) do Governo Norte Americano e o *ГЛОбальная НАвигационная Спутниковая Система* – (GLONASS) Sistema de Navegação Global por Satélite do Governo Russo, bem como existem também, em implantação, o Sistema de Posicionamento Global por satélite - (GALILEO) dos Governos Europeus e o *Chinesischen Satellitennavigationssysteme* – (COMPASS) do Governo Chinês.

Poderíamos refletir se é necessário este desenvolvimento de tecnologia Estatal isolado, embora os sistemas acima podem ser utilizados em conjunto, como é o caso do acordo entre o GPS com o Galileo, mas se já existe uma tecnologia porque não transferi-la? logicamente a título oneroso indenizatório inerente aos direitos intelectuais

---

<sup>52</sup> Ver: Tunis Agenda, paragraph 34. “...the development and application by governments, the private sector and civil society, in their respective roles, of shared principles, norms, rules, decision-making procedures, and programmes that shape the evolution and use of the Internet”.

<sup>53</sup> Nesse sentido: RIBEIRO, Lia. Governança na Internet: a UIT na contramão. Disponível em: [http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5188&Itemid=38](http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5188&Itemid=38). Acesso em: 20/04/2009. Bem como: MÓDULO SECURITY NEWS. ONU afasta proposta para fazer controle da Internet. Disponível em: [http://demonstracao.ecommerce.infonova.com.br/default.asp?f=noticias\\_detalhe.asp&id\\_noticia=292](http://demonstracao.ecommerce.infonova.com.br/default.asp?f=noticias_detalhe.asp&id_noticia=292). Acesso em: 20/04/2009.

para outros Estados, uma vez que é sabido que a pesquisa e o desenvolvimento de outro sistema é demasiadamente oneroso, imagine os milhões dispensado que poderiam ser utilizados em outros programas como o Banco Mundial (WB) ou ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Tratam-se de condutas incompatíveis com o nova realidade das relações internacionais, bem como a convivência e a aproximação entre os Estados de forma pacífica, condizente com a Carta das Nações Unidas.

Dessa forma, podemos comparar os Estados como verdadeiras crianças que quando encontram-se para jogar futebol, o dono da bola é o que participa de todos os jogos, é insubstituível e muitas vezes encontra-se em posição de árbitro, porém trata-se de um jogo e as regras do jogo são destinadas a todos os jogadores, bem como ao dono da bola. É nesse sentido análogo que os Estados fundamentam a necessidade de desenvolver uma tecnologia protegida por sua soberania, no caso da Internet, podemos pensar que seria possível em um determinado dia, os Estados Unidos da América desligarem a Internet para o estrangeiro? Poderíamos imaginar as consequências dessa ação? É intrigante esses questionamentos, uma vez que a Internet trata-se de um serviço prestado por empresas, ou seja, empresas que visam principalmente o lucro, porém, devido as suas especificidades, são controladas por agências do governo. Pensamos num caso de conflito armado, os Estados Unidos permitiriam aos seus inimigos a utilização da Internet? ou ainda, a utilização do GPS para posicionarem suas tropas e localizarem seus inimigos? No caso do Iraque não podemos aplicar porque trata-se de um país defasado nessa tecnologia, porém, no caso da China, seria possível? Foi pensando assim que a China desenvolveu o seu sistema de posicionamento e investe no desenvolvimento de uma Internet unicamente chinesa?

Retomando ao grupo de trabalho da ONU, após variados debates, chegaram a conclusão de que a ICANN deveria ser colocada sob o controle das Nações Unidas, ou que a ONU deveria criar uma nova entidade para substituir a ICANN. Embora o contrato entre a ICANN e o Departamento do Comércio dos Estados Unidos esteja prestes a extinguir, inicialmente terminaria em 2006, porém um novo Memorando entre as duas partes foi realizado, prevendo a renovação das obrigações até a data de 30 de Setembro de 2009<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Ver: Joint Project Agreement Between the U.S Department of Commerce and the Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Disponível em: [http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/agreements/jpa/ICANNJPA\\_09292006.htm](http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/agreements/jpa/ICANNJPA_09292006.htm). Acesso em 15 de Junho de 2009.

**“III. Strike Section VII from the Joint Project Agreement in its entirety and to replace it with:  
A. This Agreement will become effective upon signature of ICANN and the Department. This Agreement will terminate on September 30, 2009”.**

Assim, o desafio na gestão da Internet que referimos no tema desse relatório, consiste principalmente na defesa de uma gestão paritária, embora não sabemos ainda como será a futura gestão da Internet após essa data, uma vez que é possível uma outra renovação, como também é possível a sua independência, resta esperar.

### 2.2.3. O Papel da UIT na Gestão da Internet

O presente trabalho visa abordar especialmente esse ponto, uma vez que reconhecemos a impotência da ICANN na gestão da Internet, porém, há uma necessidade dessa instituição de primeiramente, desvincular-se do governo Norte Americano, essa necessidade é quase unânime entre os autores. Porém, a segunda e última necessidade esta relacionada com a sua autonomia e alteração da sua natureza jurídica, por isso é um ponto mais complexo.

As atuais vertentes, defendem algumas posições, enumerarei duas dentre as quais entendo mais importantes para o presente relatório:

1. A criação de uma super-estrutura, uma “União Internacional de Tecnologia da Informática” para a gestão da Internet, substituindo assim a ICANN; Podendo ainda tornar-se uma agência especializada da ONU, assim como a UIT;
2. A ICANN como um órgão permanente da União Internacional das Telecomunicações – Denominada por exemplo como “Setor das Comunicações via Internet” - (UIT-ICANN).

Parece-me que a segunda alternativa seria a mais adequada, salvo melhor juízo, notemos que não estamos preocupados com o local da sede da instituição, que poderá manter-se na Califórnia - EUA, bem como a 1ª sugestão, embora muito atraente, não é necessariamente perfeita para a situação, uma vez que a ICANN já demonstrou e continua demonstrando a sua competência atualmente por meio de seus esforços, mostrando resultados como os acima descritos, não haveria a necessidade de criar uma “União Internacional de Tecnologia da Informática” para substituí-la.

Nesse mesmo sentido, declarou o Sr. Dr. Hamadoun Toure, enfatizando a necessidade da agência da União Internacional das Telecomunicações em concentrarem

seus trabalhos nas questões de segurança da Internet e na redução da disparidade digital entre os países ricos e os pobres, bem como, segundo ele em entrevista coletiva<sup>55</sup>:

**"Devemos todos trabalhar juntos, cada agência tem seu papel a desempenhar. Precisamos desenvolver uma melhor cooperação... e evitar a criação de uma superestrutura que seria muito controversa e muito difícil de implementar".**

Os fundamentos da segunda opção consistem na existência de um Setor semelhante, o Setor das Radiocomunicações que possui a obrigação de gerir o espectro de rádio frequência internacional (a banda de frequência é um recurso limitado e finito), bem como as órbitas dos satélites (facilitando o funcionamento seguro dos serviços de satélites), uma vez que é crescente a demanda por serviços fixos, móveis, de radiodifusão, rádio amador, a telecomunicações de emergências, de meteorologia, sistemas de posicionamento global, observação ambiental, dessa forma, lidam com a segurança da vida na terra, no céu e no mar.

Ora, dessa forma, a gestão da Internet também não consiste em uma atividade similar a do Setor das radiocomunicações? Além do mais, os nomes de domínios também tratam-se de recursos limitados e finito.

Porém, alguns países, como por exemplo o Brasil e Índia, defenderam que a Internet deveria ser administrada pelas Nações Unidas ou outra organização mundial. Embora novamente, segundo o Secretário-geral da UIT, Sr. Dr. Toure acrescentou que:

**"Não tenho intenção de assumir o controle da Internet. Não acredito que isso seja parte da missão da UIT e, como secretário geral, continuarei a contribuir para o debate sobre o controle da Internet e a fornecer assistência técnica", "Meu foco será a segurança online".**

Um pouco controverso o discurso, se pensarmos, como a UIT poderá trabalhar em defesa da segurança online sem ter conhecimento de sua gestão? Simplesmente, o que acontecerá na prática, possivelmente será o envio de diligência, para que quaisquer dúvidas técnicas poderão ser sanadas pela ICANN a pedido da UIT. Porém, podemos imaginar que essas diligências requereram um determinado prazo para serem respondidas, uma vez que seus setores não se comunicam. Ao passo que se a ICANN tornar-se um Setor da própria UIT, essa troca de informações seria muito mais dinâmica e eficiente.

---

<sup>55</sup> Ver: RIBEIRO, Lia. Governança na Internet: a UIT na contramão. Disponível em: [http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5188&Itemid=38](http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5188&Itemid=38). Acesso em: 20/04/2009.



Salvo melhor juízo, essa é uma de várias possíveis alternativas para a concretização dos ideais estabelecidos no relatório de Túnis, que visa a construção de um novo modelo de governança da Internet, caracterizado pelos princípios da democracia, da transparência e do pluralismo, ou seja, que encontra-se sobre o controle da Comunidade Internacional e não sob a hegemonia de um governo e da participação de empresas privadas<sup>56</sup>.

Em contrapartida, alguns estudiosos da área, estabelecem posicionamentos negativos em relação a substituição ou subordinação da ICANN pela UIT, segundo o Sr. Dr. Carlos A. Afonso, diretor de planejamento da Rede de Informações do Terceiro Setor (Rits), criador do primeiro provedor brasileiro e integrante do CGI, possui uma posição negativa, ao concluir que:

**“Substituir a Icann pela UIT, em sua avaliação, seria sair da hegemonia de um só governo para a hegemonia das empresas de comunicação, que têm forte peso na entidade normativa do setor”.**

Da mesma forma, o Sr. Dr. Marcelo Bechara, assessor jurídico do Ministério das Comunicações e especialista em direito de informática, disse que:

**“...a ligação com a UIT não seria salutar para a governança na internet, porque o trabalho do organismo das Nações Unidas está mais diretamente vinculado ao mundo dos negócios enquanto a internet tem uma dimensão social e cultural muito forte”.**

Tratam-se de considerações políticas muito importantes, porém, se utilizarmos esse negativismo como forma de impedimento para o englobamento da ICANN pela UIT, poderíamos pensar da mesma forma, em relação a Carta das Nações Unidas, que não foram elaboradas de forma imparcial, uma vez que sua elaboração ocorreu com a participação apenas dos Estados que declararam guerra à Alemanha nazista<sup>57</sup>, motivo pelo qual Portugal e outros Estados neutros não são membros fundadores das Nações Unidas.

Poderíamos pensar que, como seria possível a criação de uma Organização Internacional, compreendido pela coalização de vários Estados independentes, e cujo objetivo foi estabelecer e manter a solidariedade e a concórdia dos povos, o respeito à lei, à justiça, aos tratados, bem como a segurança e a paz internacional? Porém esses

---

<sup>56</sup> RIBEIRO, Lia. Governança na Internet: a UIT na contramão. Disponível em: [http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5188&Itemid=38](http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5188&Itemid=38). Acesso em: 20/04/2009.

<sup>57</sup> Ver: Ver: NUNES, Pedro. Dicionário de Sociologia Jurídica. Vol. I. São Paulo, 1965. Pág. 214.

ideais foram elaborados unicamente por Estados vencedores da guerra, sem a participação de Estados pacíficos (neutros), bem como os vencidos. Bem como a reflexão em relação a escolha dos membros permanentes do Conselho de Segurança que por coincidência eram na época únicos detentores da bomba atômica. Seria sair de um estado de equilíbrio de poder para uma confederação atômica? Embora, tenha uma certa importância, vimos que ocorreu dessa forma, porém os resultados atuais foram benéficos, bem como houve a aceitação e ainda há de qualquer Estado interessado em ser membro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como desenvolvido no presente relatório, a União Internacional das Telecomunicações é a responsável pela gestão, estabelecimento de normas, divulgadora de novas tecnologias e intermediária nos acordos de cooperações, como por exemplo de transferência de tecnologias, bem como na concretização de uma das suas maiores missões, a democratização nas comunicações, que visa por exemplo, o desenvolvimento da infra-estrutura das tecnologias de comunicações e informações em países em desenvolvimento.

A Internet trata-se também de um meio de comunicações e não poderia de forma alguma estar excluída do âmbito de tutela da UIT.

Dessa forma, em conformidade com esses variados ideais, e salvo um melhor juízo, a UIT seria uma das opções mais adequadas para solucionar a complexa questão da gestão da Internet, tornando-a paritária, uma vez que seria criado mais um Setor na Organização, o “Setor das Comunicações via Internet” - (UIT-ICANN), trabalhando semelhantemente ao Setor das radiocomunicações.

## BIBLIOGRAFIA

BAPTISTA, Luiz Olavo; E OUTROS. Direito do Comércio Internacional - Pragmática, Diversidade e Inovação - Estudos em Homenagem ao Professor Luiz Olavo Baptista. 2005,

BLOG CULTURA-MRE. Secretário-Geral da UIT virá ao IGF - relato de encontro dele com o Ministro Hadil Vianna. Disponível em: <http://governanca.cgi.br/noticias/secretario-geral-da-uit-vira-ao-igf-relato-de-encontro-dele-com-o-ministro-hadil-vianna/>. Acesso em: 08/04/2009,

BOLZANI, Caio Augustus Morais. Residencias Inteligentes. 1899,

CAMPOS, João Mota; Organizações Internacionais – Teoria Geral, Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro. 3ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian. 2008,

CASA DOS BITS. Estudo do UIT diz que ciberespaço deverá ser um recurso partilhado. Disponível em: [http://tek.sapo.pt/noticias/telecomunicacoes/estudo\\_do\\_uit\\_diz\\_que\\_ciberespaco\\_dever\\_a\\_ser\\_881647.html](http://tek.sapo.pt/noticias/telecomunicacoes/estudo_do_uit_diz_que_ciberespaco_dever_a_ser_881647.html). Acesso em: 03/04/2009,

CASA DOS BITS. UIT dedica dia mundial das Telecomunicações e Sociedade da Informação aos jovens. Disponível em: [http://tek.sapo.pt/noticias/telecomunicacoes/uit\\_dedica\\_dia\\_mundial\\_das\\_telecomunicacoes\\_e\\_882407.html](http://tek.sapo.pt/noticias/telecomunicacoes/uit_dedica_dia_mundial_das_telecomunicacoes_e_882407.html). Acesso em: 03/04/2009,

CERQUEIRA, Luis Eduardo Bianchi. Ordem Jurídica Internacional & Internacionalização do Capital – Biblioteca de Direito Internacional. Juruá. 2007,

CRUZ, Renato. TV Digital no Brasil: Tecnologia Versus Política. SENAC. São Paulo. 2008,

DAMAS, Daniel. Endereços IP estão perto do fim. E agora? Disponível em: <http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=14242&sid=24>Acesso em: 06/05/2009,

DEVIN, Powell. Calls to scrap the “leap second” grow. New Scientist; 12/20/2008, Vol. 199 Issue 2687, p10-10, 1p. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=36043279&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 04/04/2009,

ELLIOTT, Richard. Fewer Statistics, cheaper calls. Telecommunications International. Horizon House Publications, Inc. Volume 38; Issue 9. 2004,

GOLDSMITH, Jack L. WU, Tim. Who controls the Internet? Illusions of a borderless world. Oxford University. 2006,

GOMES, Carlos Francisco Simões. RIBEIRO, Priscilla Cristina Cabral. Gestão da cadeia de suprimentos. 2004, pág. 151 e ss,

GRAHAM, Gordon. TALENS, Manuel. Internet: Una indagación filosófica. Universitat de València, 2001,

MACEY, Samuel L. Encyclopedia of time. 1994,

MATHIASON, John. Internet Governance: The New Frontier of Global Institutions. 2008,

MELLO, Celso D. De Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público, 12ª ed. Rio de Janeiro. 2000,

MÓDULO SECURITY NEWS. ONU afasta proposta para fazer controle da Internet. Disponível em: [http://demonstracao.ecommerce.infonova.com.br/default.asp?f=noticias\\_detalle.asp&id\\_noticia=292](http://demonstracao.ecommerce.infonova.com.br/default.asp?f=noticias_detalle.asp&id_noticia=292). Acesso em: 20/04/2009,

MOUNIER, Pierre. Les maîtres du réseau: les enjeux politiques d'Internet. Edição Loyola, 2002,

MORAIS, Carlos Blanco. Ciência da Legislação e Legística – No âmbito do processo legislativo do Governo – Relatório. FDL. 2005,

MORAIS, Marcio. Sem nova frequência da UIT a digitalização de rádio ondas curtas corre risco. Disponível em: <http://www.telecomonline.com.br/noticias/sem-nova-frequencia-da-uit-a-digitalizacao-de-radio-ondas-curtas-corre-risco>. Acesso em: 07/04/2009,

NINO, Marcelo. Telefonía no Brasil esta entre as mais caras. Folha de São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u511198.shtml>. Acesso em: 07/04/2009,

PERROW, Charles. The next catastrophe: reducing our vulnerabilities to natural, industrial, and terrorist disasters. Princeton University Press. 2007,

PINHO, José Benedito. Publicidade e vendas na Internet: técnicas e estratégias. São Paulo. 2000,

REUTERS. Web deve ser dirigida por grupo de agências, diz órgão da ONU. Disponível em: <http://www.htmlstaff.org/ver.php?id=4744>. Acesso em: 08/04/2009,

RIBEIRO, Lia. Governança na Internet: a UIT na contramão. Disponível em: [http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5188&Itemid=38](http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5188&Itemid=38). Acesso em: 20/04/2009,

SALTZMAN, Jon; CHATTERJEE, Samir; RAMAN, Murali. A Framework for ICT Standards Creation: The case of ITU-T Standard H.350. Network Convergence Laboratory, School of Information Science, Claremont Graduate University, Claremont, CA 91711, USA; School of Business and Economics, Monash University, Sunway Campus, 46150 Bandar Sunway, Malaysia. 2007,

SCHWABACH, Aaron. Internet and the law: technology, society, and compromises. 2005,

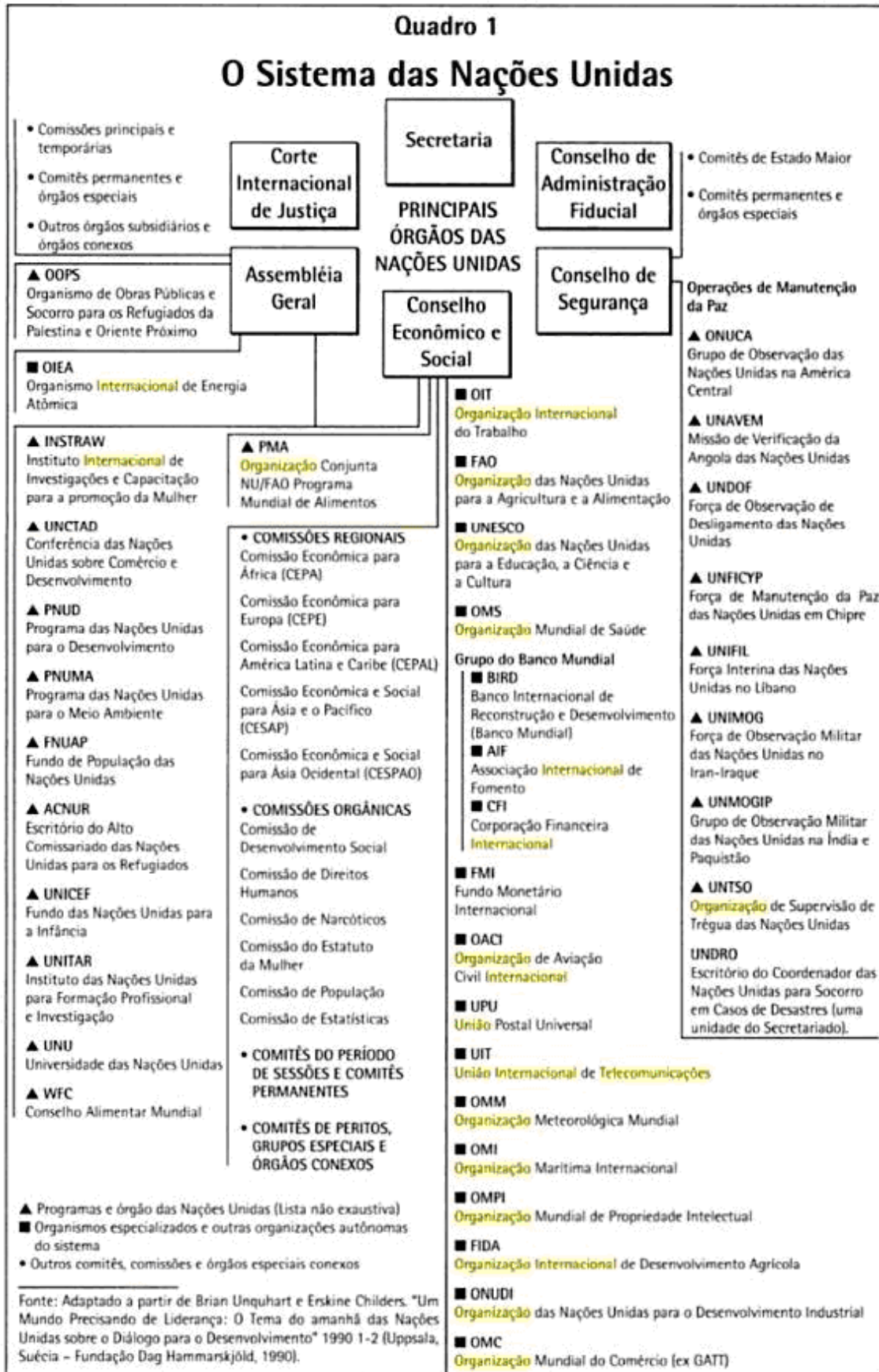
SECKER, Matthew. A Business Model Toddler. Telecommunications International. ProQuest Information and Learning. Volume 36; Issue 6. 2002,

SEITENFUS, Ricardo. Manual das Organizações Internacionais, 3ª ed. Porto Alegre. 2003,

SHAW, Malcolm Nathan. International law. Edition: 5. Edição de Cambridge University Press, 2003,

TELEBRASIL. Alta Carga Tributária eleva custo das tarifas do setor. Disponível em: <http://www.telebrasil.org.br/coletiva/10.pdf>. Acesso em: 06/05/2009,

VILHA, Anapátricia Morales. E OUTROS. E-marketing: para bens de consumo durável. 2002,



Fonte: HENDERSON, Hazel. Além da Globalização. Cultrix. 2003. Pág. 154.



ANEXO II.

**RANKING DOS PREÇOS DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS**

Brasil está entre os mais caros do mundo em tarifas de fixo e móvel

**TELEFONIA FIXA**

País	Renda per capita comprometida* (em %)
1º Irã	0,1
2º Taiwan	0,2
3º Emir. Árabes Unidos	0,3
4º Cingapura	0,3
5º Bahrein	0,3
6º Kuwait	0,4
7º Coreia	0,4
8º Hong Kong	0,4
9º Equador	0,4
10º Estados Unidos	0,4
30º Argentina	0,9
32º França	1,0
33º Itália	1,0
47º Espanha	1,3
58º Rússia	1,9
59º China	1,9
86º México	3,2
103º Índia	4,4
<b>113º Brasil</b>	<b>5,9</b>
150º Madagascar	68,5

**TELEFONIA MÓVEL**

País	Renda per capita comprometida* (em %)
1º Hong Kong	0,1
2º Dinamarca	0,1
3º Cingapura	0,1
4º Noruega	0,2
5º Suécia	0,2
6º Emir. Árabes Unidos	0,2
7º Luxemburgo	0,2
8º Macao	0,2
9º Chipre	0,3
10º Kuwait	0,3
21º Itália	0,6
41º França	1,1
46º Espanha	1,4
47º Rússia	1,4
58º China	1,8
64º Índia	2,1
66º México	2,2
72º Argentina	2,5
<b>114º Brasil</b>	<b>7,5</b>
150º Togo	60,1

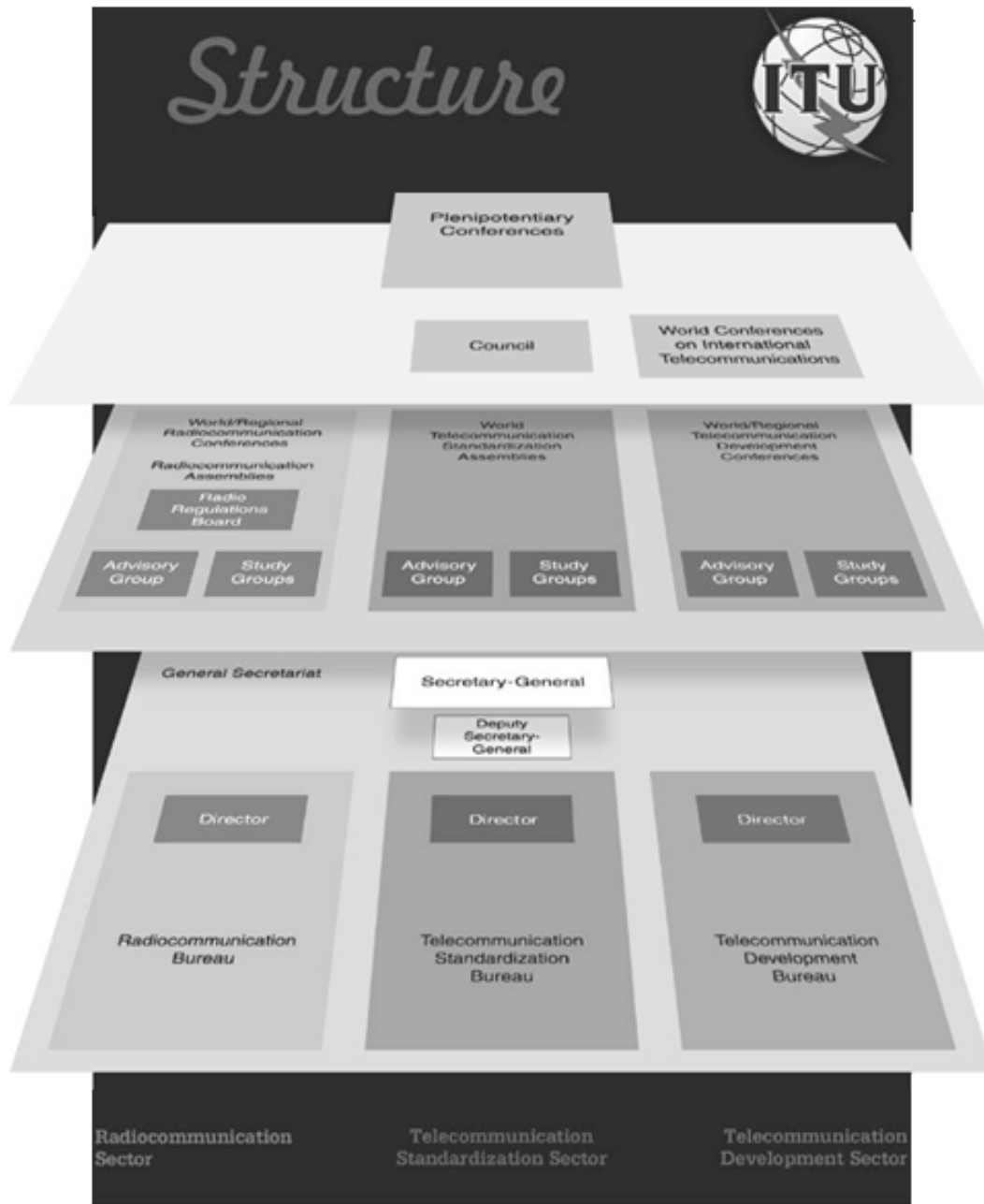
**BANDA LARGA**

País	Renda per capita comprometida* (em %)
1º Estados Unidos	0,4
2º Canadá	0,6
3º Suíça	0,6
4º Dinamarca	0,7
5º Luxemburgo	0,7
6º Taiwan	0,7
7º Chipre	0,8
8º Cingapura	0,8
9º Reino Unido	0,8
10º Suécia	0,8
15º Itália	0,9
24º Espanha	1,2
26º França	1,2
37º Rússia	2,2
61º México	5,3
71º Argentina	7,6
73º Índia	7,7
75º China	9,4
<b>77º Brasil</b>	<b>9,6</b>
150º Burkina Fasso	5193,6

Fonte: UIT (União Internacional de Telecomunicações) \* com o serviço

Fonte: Folha online. Disponível em:  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u511198.shtml>. Acesso em:  
 24/04/2009.

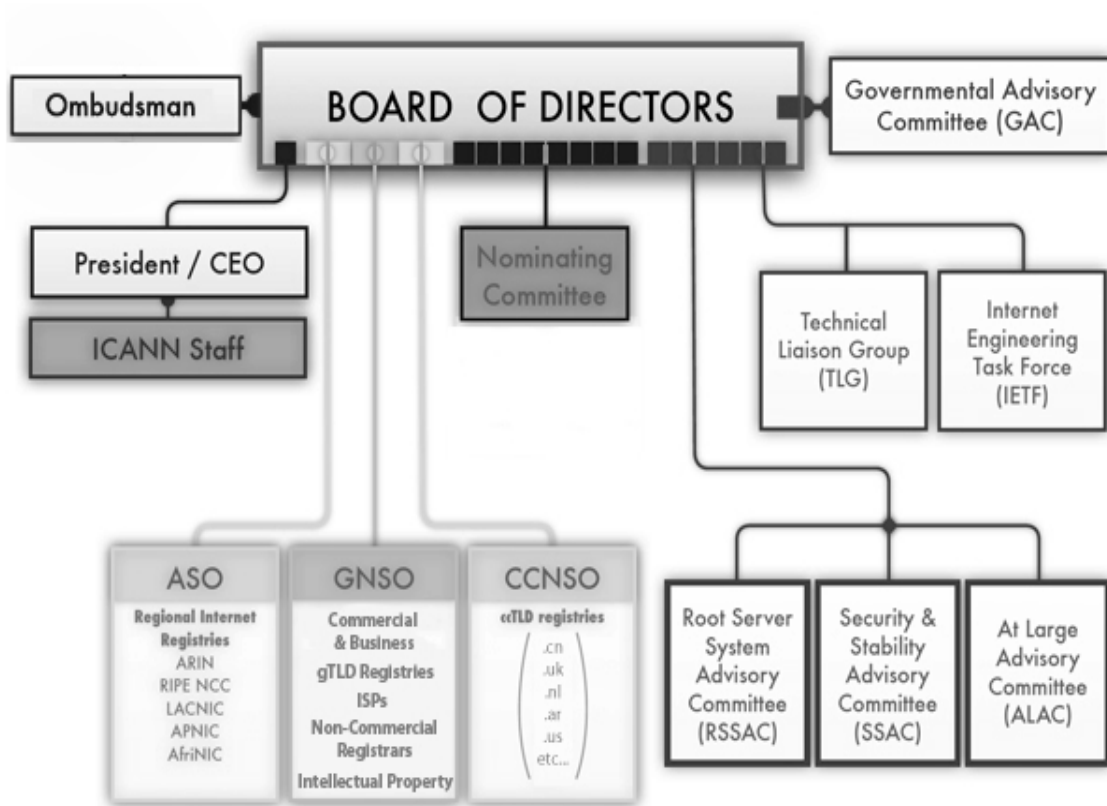
ANEXO III.



Fonte: International Telecommunication Union. Disponível em: <http://www.itu.int/net/about/structure.aspx>. Acesso em: 24/05/2009.



### The organizational structure



Fonte: ICANN. Disponível em: <http://www.icann.org/en/about/>.